A FASCISTIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Rosa Maria Godoy Silveira*

Nos últimos anos, vem-se explicitando na sociedade brasileira um processo histórico qualificado de fascistização. Essa tendência se acentuou durante a conjuntura do recente golpe engendrado contra a Presidente Dilma Rousseff.

Por fascistização, entende-se etimologicamente:

> Ato ou resultado de fascistizar(-se), de tornar(-se) fascista. (http://www.aulete.com.br/fascistiza%C3%A7%C3%A3o)
> Ato de tornar fascista, de assumir características dominantemente ou parcialmente fascistas." "Processo pelo qual um regime, uma sociedade, uma doutrina, um partido, um líder etc. se fascistizam, isto é, adquirem características fascistas. Ação de tornar fascista algo ou alguém. (http://www.dicionarioinformal.com.br/fascistiza%C3%A7%C3%A3o/

O fascismo é caracterizado como um sistema autoritário de dominação, em que o monopólio da representação política é exercido por um partido único de massa, hierarquicamente organizado. Baseia-se em uma ideologia de culto do chefe, de exaltação da comunidade nacional, de anticomunismo, de desprezo aos valores do individualismo liberal e de colaboração de classes:

> [...] pela mobilização das massas e o seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações, e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000, p. 466)

Tais características, como conjunto, demarcaram o Estado brasileiro na ditadura varguista. Algumas delas demarcaram a ditadura militar, especialmente o aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror.

Neste texto, o termo fascistização está utilizado em uma abordagem generalizante[1], como autoritarismo, em um sentido político de aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência; e em um sentido ideológico, de anticomunismo e de outros *anti* veiculados por aparelhos de propaganda.

Evidências dessa fascistização recente são documentadas na mídia, especialmente nas redes sociais:

- uma crescente violência, simbólica e física, contra grupos socialmente excluídos;

---

* Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em História (Universidade de São Paulo). Instituição: Universidade Federal da Paraíba- Professora Aposentada Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Cidadania, Direitos Humanos e Políticas Públicas.

[1] Em abordagem singularizante, o Fascismo designa os regimes políticos emergentes na Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler após a Iª Guerra Mundial. Como abordagem generalizante, designa vários regimes políticos, em três linhas interpretativas: como ditadura aberta da burguesia, como totalitarismo e como via para a modernização ((BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000,p.469- 474). A opção de realçar os aspectos autoritários da formação social brasileira não é excludente das duas outras linhas interpretativas.

- uma ampla explicitação de casos de discriminação de minorias sociais, com ênfase sobre relações homoafetiva;
- uma intolerância manifesta de cunho religioso, visivelmente contra expressões religiosas de base etno- cultural indígena e africana;
- atitudes manifestas contra a liberdade de expressão, nos mais diversos espaços, qualificando opiniões e ações dissidentes às dos manifestantes com o rótulo genérico e homogeneizante de "comunismo";
- uma desqualificação mútua e generalizada nas redes sociais entre opiniões políticas divergentes;
- ações legislativas para impor uma Escola dita sem Partido, mas nitidamente de cunho religioso creacionista, de base evangélica de mercado, contra princípios culturais e científicos divergentes;
- ações legislativas para enquadrar institucionalmente a Família segundo o velho padrão patriarcalista,

Aí circulam comentários nas redes:
"Nunca a sociedade brasileira foi assim."
"Sempre fomos um povo tão cordial!"
"Vivíamos em paz."
É o pensamento crítico que quebra o senso comum e desnaturaliza a realidade. Basta começar com simples questionamentos:
"Nunca houve isso antes?"
"Éramos ou somos um povo cordial?"
'"Vivíamos mesmo em paz?"

Recentemente, dezembro de 2015, matéria amplamente divulgada nas redes sociais apontou que, em um *ranking* dos países mais ignorantes sobre suas realidades, o Brasil ficou em 3º lugar, perdendo apenas para o México e a Índia, em um total de 33 participantes da pesquisa "Perils of Perception" 2015[2]
Que belo galardão! Medalha de bronze para nós nas Olimpíadas da Ignorância.
De nossa ignorância, é parte constituinte nuclear a ignorância histórica.
Por mais que se entoe o Hino Nacional, se vistam camisas verde-amarelas da [corrupta] CBF, se use – quando é conveniente – a retórica do patriotismo, somos uma sociedade desfibrada identitariamente.[3]
Essa ignorância sobre esse simples aspecto de exemplo, e sobre muito, mas muito mais coisas, é o caldo da fascistização passada e presente da sociedade brasileira.
De onde vem essa ignorância? Como a sociedade brasileira tornou-se fascista?

---

[2] A pesquisa foi realizada pelo instituto Ipsos MORI, a segunda maior organização em pesquisa de mercado da Inglaterra. As questões pesquisadas versaram sobre conhecimentos acerca da população de cada país (faixa etária, migrantes, participação das mulheres na política, emprego de mulheres, acesso à internet, filiação religiosa, obesidade). Cf. <http://super.abril.com.br/ideias/brasil-e-o-terceiro-pais-mais-ignorante-do-mundo>,

[3] Sempre viramos as costas para a América Latina. Costumeiramente, certos grupos sociais da nossa população (as elites e certos segmentos das classes médias) exprimem seu complexo de vira-latas, como disse Nelson Rodrigues, e se portam como colonizados. É uma postura nossa não aceitar simples derrotas futebolísticas como parte dos jogos da vida, desabando nos revezes a pátria em chuteiras.
Desconhecemos os nossos grandes valores de inteligência, nos mais diversos campos da atividade humana. Não são as pessoas simples que ignoram Nise da Silveira, Milton Santos, Paulo Mendes da Rocha, José Leite Lopes, Marcelo Viana. As pessoas simples, comuns, especialmente dos segmentos excluídos, não têm acesso a informações desse teor seja porque não têm escolaridade ou têm uma escolaridade precária seja porque não têm acesso a jornais e fontes informativas mais qualificadas seja ainda porque a mídia comum também ignora tais questões. São as elites de dinheiro e as diplomadas que são ignorantes. Mas, com certeza, devem conhecer as "sapienciais nacionais" mais recentes: Luciano Hulk, Alexandre Frota, Marcos Feliciano.

Um percurso histórico de três tempos[4] nos permite explicitar essas calamidades que nos assolam. Os dois primeiros, tratados como breves considerações sobre a formação social brasileira passada, sintetizando configurações de permanências temporais importantes para a compreensão do terceiro tempo como a história recente, fulcro desse texto.

A LONGA DURAÇÃO OU TEMPO ESTRUTURAL: a expropriação e a violência como vetor fundacional

O sociólogo português Boaventura Santos (2007) caracterizou a sociedade moderna ocidental como estruturada em dois eixos: *regulação-emancipação*, constitutiva do *Norte*, e *apropriação-violência*, constitutiva do *Sul*[5], duas regiões distintas, conexas, mas separadas por um pensamento abissal.[6]

O Brasil emergiu e se formou historicamente, enquanto tal, neste *Sul* marcado pela apropriação-violência concretizada mediante:

- **a apropriação colonial das riquezas nativas ou aí produzidas, canalização dos recursos locais para o mercado externo,** expropriação das terras indígenas e camponesas, escravização de africanos negros previamente expropriados desde seus lugares de origem na África;
- a constituição de **uma sociedade excludente híbrida**[7]: em seu topo, os administradores metropolitanos, subordinando, mas em aliança com elites agrárias locais, descendentes dos colonizadores brancos europeus, na partilha das riquezas coloniais; em extratos intermediários, grupos sociais mal inseridos socialmente, sem identidade e autonomia posto que vinculados a atividades dependentes das atividades coloniais dirigidas e controladas pelos segmentos colonizadores; e nos extratos mais baixos, na base da pirâmide social, os camponeses destituídos de terras próprias ou com acesso limitado às mesmas, e os escravos-mercadorias, destituídos como sujeitos;
- **um Estado (metropolitano), colonialista, centralista e autoritário**, detentor – juntamente com seus parceiros colonos/proprietários nos poderes locais – do monopólio da violência, como instrumento garantidor da expropriação dos demais segmentos sociais, sobretudo camponeses, escravos e indígenas;
- **uma organização social assentada em um padrão legitimado de família patriarcal** extensa (família nuclear dos proprietários + seus agregados + seus escravos), baseada na etnia branca em uma orientação heterossexual;

---

[4] Trata-se da clássica formulação de Braudel (1958), no artigo Histoire et sciences sociales. La longue durée, publicado na revista *Annales E.S.C.*, em que trata da pluralidade dos tempos históricos, polemizando com Lévi-Strauss. O autor já havia utilizado o conceito de longa duração em sua obra **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**, sua tese de doutorado em 1949. Esse artigo se encontra em uma coletânea de seus escritos, publicada em língua portuguesa em 1992.

[5] Os conceitos de ***Norte*** e ***Sul***, nas formulações de Santos, não se confundem com os hemisférios geográficos Norte e Sul. Sua configuração é histórica. Tanto que o autor inclui no *Sul* áreas geográficas e processos sociais situados/ocorrentes no hemisfério geográfico Norte, a exemplo da Palestina, Iraque, México, Guantânamo (Cuba), além de guetos, prisões, novas formas de escravatura, transplante de órgãos, trabalho infantil, prostituição etc..ocorrentes também nohemisfério geográfico Norte.

[6] Por pensamento abissal, Santos designa o pensamento moderno ocidental, que produziu distinções entre o ***Norte* e o *Sul*,** dando visibilidade ao primeiro lado da linha abissal e tornando invisíveis as suas relações com o outro lado (o ***Sul***). O monopólio da distinção universal entre *verdadeir*o e *falso* pela ciência moderna, e do que é *legal* ou *ilegal* pelo direito do Estado moderno e o direito internacional, do lado ***Norte***, eliminam as realidades do ***Sul.***

[7] Por este termo, designamos que uma parte da sociedade local, suas elites proprietárias, fazia parte do projeto colonizador europeu, embora em condição subordinada aos interesses metropolitanos, dirigidos pela burguesia comercial e a administração estatal portuguesas.

- **uma cultura hegemonizada pela Igreja católica**, como instituição auxiliar do Estado em seu projeto colonizador, operando na **imposição da visão de mundo branco-europeia e correlata expropriação das culturas dos indígenas e dos negros africanos escravizados**, desse processo se formando uma mentalidade racista e preconceituosa contra os segmentos despossuídos da sociedade.

Tais configurações se constituíram como as predominâncias processuais da formação colonial brasileira. No entanto, sua implantação não se fez retilínea, sem contradições e resistências por parte dos segmentos sociais expropriados./atingidos pela violência do sistema, a exemplo de/a:

- várias manifestações da insubordinação escrava, desde atos do cotidiano de seus lugares de trabalho, a busca de alforrias, a fugas, a revoltas, culminando com a busca de uma organização social alternativa, como "reinos de liberdade": os quilombos;
- manifestações de resistências indígenas, tanto no cotidiano como nos episódios crudelíssimos das guerras;
- expressões de reações camponesas, ainda mal delineadas pelas pesquisas históricas, buscando autonomia de modos de vida e trabalho excêntricos ao projeto colonizador;
- manutenção, por parte dos segmentos excluídos, de suas práticas culturais, através da transmissão oral;
- outros processos constitutivos de relações familiares e afetivas, heterodoxas ao modelo patriarcal.

No entanto, é preciso questionar se tais formas de resistência tinham condições concretas de se tornarem permanências temporais, a exemplo das formas institucionalizadas sistêmicas colonizadoras, considerando-se as fragmentações dos grupos excluídos, a sua carência de recursos materiais, econômicos e políticos, além da dura e sistemática repressão que os atingia. Lembrando novamente Santos (2007), o pensamento abissal do ***Norte*** institui, no ***Sul,*** a apropriação e a violência pelo conhecimento: a apropriação dos conhecimentos locais (mitos, ritos) para conversão; a violência, mediante a destruição física, material, cultural e humana (proibição de línguas locais, destruição de símbolos e lugares, imposição de nomes cristãos, discriminação cultural e racial). E apropriação e violência pelo direito: legitimação da escravidão negra, pilhagens de recursos, guerras, formas de assimilação forçada, entre outros aspectos. Como diz o autor: no ***Sul,*** há uma negação radical da humanidade, a sua subhumanidade é sacrificial, isto é, condição para a outra parte da humanidade (o ***Norte***) se afirmar como universal (IDEM, p.5-10).

A MÉDIA DURAÇÃO: conjunturas reiterativas de expropriação e violência no dito Brasil independente

Conjunturas decorrem assentes em estruturas e podem ou não transformá-las.

Um exame das conjunturas de transição do chamado Brasil independente confirmam reiterações, permanências do vetor fundacional de expropriação e violência. Todas as transições foram pelo alto, resultantes de pacto entre as elites e sem participação popular na armação de seus desfechos. Todas as transições, sob orientação ideológica liberal, com variantes conforme os respectivos contextos.

Teria sido possível, em algum momento da nossa História, vingar o vetor da regulação e emancipação? Que futuros possíveis não vingaram? Que futuro vingou em cada conjuntura?

Registram-se **seis momentos principais de transição** desde a separação política do Brasil. As datas assinaladas no título de cada uma são condensadoras, "pontas de iceberg" (BOSI, 1992, p. 19) dos processos abordados.

1822: sem democracia, sem República, sem Federação > o neocolonialismo escravista

A separação do Brasil, na forma como se estabeleceu – uma monarquia constitucional unitarista, liberal e escravista a um só tempo – confluiu os interesses da dinastia portuguesa de Bragança em permanecer no poder na ex- Colônia, mais os de uma facção portuguesa da Corte enraizando-se no país desde a chegada da Família Real, mais os das burguesias industrial e comercial inglesas pelo mercado brasileiro que já hegemonizavam desde a Abertura dos Portos e os Tratados de 1810, mais os das elites agrárias brasileiras na mira do mercado externo para os seus produtos. O centralismo, a organização do Estado em quatro poderes com a acumulação de dois deles nas mãos do imperador[8], a instituição de uma cidadania de duas classes[9] e um sistema eleitoral e de representação piramidal[10] formalizaram a junção desse bloco de forças políticas no controle do poder.

Outros futuros possíveis naquela conjuntura do chamado "movimento de Independência" foram "projetos"[11] tendencialmente mais democráticos, de feições monarquistas ou republicanas, expressos por grupos urbanos intermediários na escala social (comerciantes locais, profissionais liberais, artesãos), que propugnavam o alargamento da base eleitoral e a preponderância do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo,. Esta foi uma das duas principais questões em torno das quais se movimentáramos sujeitos envolvidos na cena política da época. A outra questão girou em torno da autonomia a ser consignada às províncias. As bandeiras federalistas não eram só apanágio do grupo mais democrata, embora neste fossem mais fortes, mas foram derrotadas pelo grupo unitarista-centralizador.

De modo que a transição do estatuto colonial para um Estado autônomo se fez sem democracia, sem República e sem federalismo.

Esse processo decorreu entre 1810 e 1840, e teve várias fases: 1808-1820 (a interiorização da metrópole[12]), 1820-1831 (a separação política, a constitucionalização, o confronto entre liberais autoritários e liberais democratas), 1831-1840 (a derrota dos "projetos" democratas- federalistas, os ajustes do "projeto liberal autoritário- conservador).

1888-1889-1891-1898: República e Federação, mas sem democracia

Essa conjuntura engloba a questão da abolição da escravidão, a mudança para um regime republicano, a elaboração de suas bases constitucionais, e a consolidação do novo regime com a 'Política dos Governadores'.

---

[8] Além dos três poderes clássicos de inspiração montesquieuniana, o Poder Moderador, enfeixado pelo imperador juntamente com o Poder Executivo.

[9] A Carta outorgada de 1824 instituiu duas classes de cidadãos: os cidadãos ativos e os cidadãos. Apenas a primeira dispunha de direitos civis *e políticos*.

[10] O voto era censitário, excluía grande parte da população e o acesso à representação política se afunilava por requisitos ascendentes de renda.

[11] O termo está aspeado porque, neste primeiro momento de constituição de um país autônomo, não havia projetos claramente formalizados, embora os houvesse na prática.

[12] Essa expressão, consagrada pelo trabalho de Dias (1972), designa o processo decorrente da vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, com a instauração do aparato do Estado metropolitano português no interior da Colônia, sediado no Rio de Janeiro. Designa, ainda, o enraizamento de interesses, no território colonial, por parte dos imigrados portugueses chegados com a Corte, que, posteriormente, pesaria no posicionamento desse grupo a favor da separação política do Brasil.

Podemos afirmar, à luz das pesquisas históricas mais atualizadas, que essa foi a conjuntura em que a possibilidade de um futuro mais democrático para a sociedade brasileira chegou mais perto da concretude, com o abolicionismo. Esse movimento teve bases sociais de segmentos elitistas, mas também bases populares (extratos médios e os próprios escravos), teve abrangência nacional e suscitou projetos para a democratização das terras e a incorporação à cidadania dos ex- escravos e de outros grupos sociais (ALONSO, 2014).

Não foi o que aconteceu. A Abolição foi formalmente alcançada, mas a terra não se democratizou, nem a representatividade eleitoral se ampliou com a incorporação de novos contingentes sociais, e, portanto, o Estado se tornou uma República formal, sem efetividade republicana concreta. Depois de 1894, o projeto liberal oligárquico triunfa sobre os grupos mais democratizantes, consolidando-se com a autonomia federalista das elites agrárias locais, coordenadas pelo Executivo central mediante o pacto da 'Política dos Governadores'.

1930-1937: em nome da democracia... uma ditadura

Após uma série de fissuras no Estado Liberal Oligárquico[13], o movimento de 1930, postulando democracia, derrota, em parte, as bases sociais agrárias que sustentavam a República Velha, e busca implantar um Estado que contemplasse a emergência de novos sujeitos sociais na vida política: a burguesia industrial e o operariado.

O projeto nacional-desenvolvimentista varguista, mediante a construção de um Estado corporativo, fragilizou parcialmente o poder das oligarquias agro- exportadoras, e canalizou institucionalmente as reivindicações democratizantes, especialmente do operariado, mediante um intenso processo de repressão e ideologização nacionalista, antiliberal e anticomunista, que, no jogo entre as forças políticas, acabou por desembocar,em 1977, em uma ditadura de moldes fascistas. O centralismo estatal interrompeu a frágil representatividade eleitoral, ainda que predominantemente elitista. Os direitos consignados ao mundo do trabalho – não sem a manutenção de mecanismos de reprodução das elites agro- exportadoras e largas concessões estatais à burguesia industrial – foram travestidos como concessões paternalistas e promoveram o ajuste da sociedade brasileira à nova divisão internacional do trabalho. A terra continuou sem ser democratizada e, portanto, o enorme segmento camponês não foi cidadanizado.

1945 e a assim chamada redemocratização[14]

1945 assinala o fim da ditadura do Estado Novo, após mobilizações da sociedade civil pela redemocratização do país. Mas, antes mesmo que se realizassem eleições que o governo convocara, Vargas foi deposto do poder por uma conspiração envolvendo militares, entre os

[13] Esse conceito é costumeiramente utilizado pela historiografia para designar o Estado vigente na 1ª República brasileira (1889-1930), embora possa valer, em nossa compreensão, para o Estado vigente durante o Império, com a diferença do regime político monárquico e do regime de trabalho escravista deste último. Em outras palavras, significa um Estado sob controle da burguesia comercial e dos proprietários agrários, hegemonizados pelo segmento agro- exportador. Caracterizava-se pela sua dupla fisionomia: formalmente liberal democrático e orientado pela economia de mercado, em suas relações externas, e, na prática, autoritário em suas relações internas com os demais segmentos sociais, especialmente as classes trabalhadoras.

[14] Diferentemente das demais transições abordadas neste texto, neste corte temporal não se ateve à transição *em si*. Porque essa conjuntura é costumeiramente designada de *redemocratização*, optou-se por dar-lhe uma visão de conjunto, ainda que breve, para possibilitar comparações com a outra denominada redemocratização pós-1985 e, sobretudo comparações entre o golpe de 1964 e o golpe de 2016.

quais Eurico Gaspar Dutra, seu ex-ministro da Guerra e candidato à presidência, conspiração para a qual se teve apoio do embaixador norte-americano.[15]

No governo Dutra, realiza-se a Assembleia Nacional Constituinte eleita juntamente com o presidente e é aprovada nova Constituição (1946), de orientação liberal democrática: fortaleceu-se o Congresso, buscando maior controle sobre o Poder Executivo; restabelece-se o princípio federalista, de forma a beneficiar a representação dos estados de menor população em detrimento dos estados mais populosos[16]; ampliou-se a obrigatoriedade do voto feminino; manteve-se a estrutura sindical estado-novista, o que implicava na manutenção dos sindicatos "pelegos" e a possibilidade de intervenção do Estado na vida sindical.

Mas o pluralismo político-partidário assegurado constitucionalmente, em brevíssimo tempo, mostrou seus limites: alinhado com os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, o governo Dutra coloca o Partido Comunista, que crescera eleitoralmente, na ilegalidade[17]; são exonerados os funcionários públicos pertencentes ao partido. No plano econômico, retoma-se uma orientação econômica liberal, que resultou em altas importações de bens de consumo, a consequente dilapidação das reservas cambiais, a desaceleração do crescimento industrial e o crescimento da dívida externa.

Em 1950, Vargas retoma o poder via eleitoral. Abre-se, então, um período (que duraria até 1964) de embates entre forças nacionalistas, de base trabalhista e de esquerda, defensoras de um projeto de desenvolvimento sob a égide do Estado na economia, e forças liberais, com base no empresariado nacional e em segmentos militares, favoráveis a uma maior abertura ao capital estrangeiro e manifestamente a favor de restrições aos direitos dos trabalhadores. Medidas nacionalistas do governo (criação da Petrobrás, política salarial para os trabalhadores, entre outras), desencadeiam reações dos liberais. Getúlio não consegue reeditar o Estado de Compromisso do seu 1º governo e se suicida, fato que gera enorme comoção popular e acaba por sustar uma tentativa de golpe militar de talhe antinacionalista (UDN + militares).

O governo Juscelino Kubitschek implementa um ambicioso projeto de desenvolvimento urbano-industrial (o Plano de Metas), mas com a abertura ao capital estrangeiro, a sua incidência na região Sudeste, e ao custo do aumento da dívida externa e da inflação, penalizando os trabalhadores. No interior do país, a área agrária se mantém basicamente nas mãos do latifúndio. A exploração dos trabalhadores do campo faz explodir a crise agrária, especialmente no Nordeste, com a formação e crescimento das Ligas Camponesas, enquanto, do lado do capital, seus segmentos vão urdindo a conquista do Estado.[18]

Entre 1961-1964, explode a crise institucional, em grande parte desencadeada por tais forças conservadoras, que haviam apoiado Jânio Quadros para a presidência da República. Quando Jânio renuncia, após apenas sete meses de governo, essas forças buscam impedir a assunção à presidência do vice-presidente João Goulart, ex-ministro de Getúlio e expressão

---

[15] Vargas, diante da deposição, acabou por renunciar. Em 29.10.1945. As eleições estavam marcadas e foram realizadas a 02 de dezembro seguinte, elegendo Dutra. Foi presidente interino neste interregno, até 31.01.1946, José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

[16] Nos estados mais populosos, situavam-se grandes centros urbano-industriais com uma população usualmente mais mobilizada em termos políticos. O restabelecimento do federalismo, após a centralização do período varguista, reiterava o poder local das oligarquias.

[17] Fundado em 1922, o Partido Comunista foi posto na ilegalidade neste mesmo ano, pelo presidente Arthur Bernardes, assim permanecendo até 1927. Em 1935, foi posta na ilegalidade a Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual o partido fazia parte. Em 1945, o PCB retornou à legalidade. Conquistou 10% dos votos à presidência da República, elegeu 14 deputados à Assembleia Nacional Constituinte. Em1947, foi posto novamente na ilegalidade, com a perda de mandato de seus parlamentares.

[18] Esse processo deita raízes desde o 2º governo Vargas, mas se acentua durante o governo Kubitschek, com a criação do IPES e do IBAD, por forças conservadoras congregando empresariado, tecnocratas, militares. C. Dreifuss, 1981.

política das forças nacionalistas- trabalhistas.[19] E o fazem mediante a introdução do regime parlamentarista, para limitar os poderes de Goulart. Este retoma os seus poderes mediante um plebiscito que aprova o retorno ao regime presidencialista. E tenta implementar as Reformas de Base: agrária, tributária, administrativa, bancária e educacional.

O anúncio dessas propostas, apesar de modestas em suas metas, mais certas medidas anteriores tomadas pelo governo (diminuição da participação de empresas estrangeiras em setores estratégicos da economia, limites à remessa de lucros das empresas internacionais) e,ainda, a crescente mobilização política dos trabalhadores urbanos e rurais, desencadeiam a mobilização das forças conservadoras, que efetivam o golpe militar de 1964.

1964-1969: novamente, em nome da democracia... outra ditadura

O golpe de 1964 interrompe outro processo crescente de mobilização e participação popular, de lutas por ampliação dos direitos dos trabalhadores urbanos e, então, também dos rurais.

Uma nova ordem autoritária reitera e atualiza práticas de repressão política e ideologização da sociedade brasileira, de forte cunho anticomunista. Mais uma vez, a frágil constitucionalidade é conspurcada e a representatividade eleitoral, solapada, em um processo que se estendeu até 1989, quando da volta das eleições diretas à Presidência da República.

Os já restritos direitos dos cidadãos são suprimidos por uma ordem institucional ditada pelo Executivo militarizado, às vezes se valendo de um Congresso tutelado[20], às vezes sem essa mediação de uma representatividade formal (de 13.12.1968 a 21.10.1969, e em abril de 1977, períodos em que o Congresso foi fechado pelo regime).

A ideologização promovida pelo regime militar, centrada na esfera educacional em seus vários níveis, e na mídia, silenciou com muita eficácia, e de forma articulada com o aparato repressivo, as possibilidades de oposição e modernizou/atualizou as bases autoritárias já assentadas estruturalmente na sociedade brasileira.

1984-1985-1988-1989: outra vez, uma denominada redemocratização

Apesar da ditadura, da mordaça, e dos desaparecimentos e assassinatos de centenas de ativistas políticos, cometidos pelo regime militar, a sociedade civil brasileira retoma a mobilização e participação política, em meio a cisões do poder constituído.

Mais uma vez, este, em aliança com várias frações das elites, se vale de medidas protelatórias – já experimentadas em outras conjunturas – para manter o Estado autoritário e

---

[19] Pelas regras da eleição de 1960, o voto era separado para presidente e vice-presidente, e não por chapa. Assim, Jânio Quadros foi eleito presidente pela coligação PTN/UDN/PR/PL/PDC e João Goulart foi eleito vice-presidente pela coligação PSD/PTB/PST/PSB/PRT.

[20] Apesar do desmonte político das forças políticas vinculadas ao Estado Populista, empreendido pelo regime militar, mediante a cassação de lideranças político-partidárias, sindicais, estudantis e do setor público, alguns resultados eleitorais de 1965 desagradaram a ”linha dura” dos militares, do que resultou o Ato Institucional nº 2, concentrando mais poderes no Executivo, estabelecendo eleições indiretas para Presidente da República e para os governos estaduais a partir do ano seguinte (1966) e decretando a extinção dos partidos políticos no país e a criação de um sistema bipartidário para evitar a configuração do regime como de partido único. Daí decorreu o surgimento da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), reunindo forças de apoio ao novo regime (situacionismo), e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), agrupando .forças de uma oposição “consentida”,sem maiores obstáculos à ordem institucionalizada, e caracterizada por uma multiplicidade ideológica em suas relações e embates com o poder militar. Com o fim do bipartidarismo, durante o governo Geisel, o MDB se transformou no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), em 1980. A partir daí, retorna-se ao multipartidarismo.

obstruir projetos democratizantes. Assim, impõem-se três derrotas à sociedade civil: em 1984, com o abortamento do movimento das Diretas-Já; em 1985, com a transição transacionada pelo alto de eleição indireta à Presidência da República; em 1987, com a conversão do Congresso Nacional em Congresso Constituinte, ao invés de uma Assembleia Constituinte eleita precipuamente, livre e soberana.

Se se conquista vitórias democratizantes na Constituição de 1988, com a formalização de direitos, no entanto, a Lei de Anistia de 1979, os sucessivos embargos à apuração das atrocidades cometidas pelo regime militar e a manutenção do entulho autoritário obstam a efetividade democrática.

A transição se encerra formalmente com a retomada de eleição direta à Presidência da República, e a vitória, em 1989, de um candidato (Collor) das forças conservadoras, travestido pelo *marketing* como o *novo* da cena política, sobre um candidato das forças populares demonizado pela mídia com a reiterativa imputação de "comunista".

Discursivamente, o período pós-encerramento da ditadura militar tem sido denominado de redemocratização, como contraste com o período precedente e pelo retorno ao Estado de Direito.

No entanto, essa aparente normalização democrática sistêmica rebate em uma conjuntura neoliberal de contornos internacionais (queda do Muro de Berlim, reunificação da Alemanha, fim da URSS e de outros regimes comunistas do Leste europeu), que repercute negativamente sobre as massas trabalhadoras e seus movimentos políticos, em decorrência de um brutal desemprego estrutural.

A década de 1990 significa o transcurso do país para uma Globalização mais acentuada[21], com nítidos projetos de poder, que ganham contornos mais sólidos mediante as políticas neoliberais. Esse processo se instaura desde o breve Governo Collor e se intensifica desde os governos FHC.[22] [23]

Porém, que *novo* é este da Globalização, propagandeado: *novo* apenas porque estava chegando, irrompendo na História?

Primeiramente, assim como Collor não representava o novo, politicamente falando, a Globalização não era civilizatoriamente nova: enquanto integração de mercados e formas imperiais de poder, começara a construir-se desde os albores da modernidade, com outros nomes: colonialismo, neocolonialismo. (vide nota 12). Nova agora era a sua denominação, nova era enquanto etapa distinta daquele processo, nova era quanto a sua extensão e

[21] O Brasil já emergiu inserido em um contexto de globalização, a da modernidade, primeira de muitas etapas deste processo. Mas uma Globalização em configurações mais recentes, visíveis no sistema capitalista a partir da década de 1970, reverberou no país desde o regime militar e aprofundou-se a partir dos anos de 1990.

[22] O Estado brasileiro, em seu desempenho entre 1994 (abrangendo o Plano Real, no Governo Itamar Franco) e 2002, promoveu uma série de ajustes em suas políticas, no sentido de adequar-se ao mercado globalizado: estabilização econômica, privatizações de empresas estatais, criação de um sistema de agências regulatórias de serviços, reestruturação do sistema financeiro (PROER), Lei de Responsabilidade Fiscal dos estados e municípios, reformas em todo o sistema educacional, entre outras medidas. No entanto, os maciços investimentos externos na área produtiva se retraíram face a crises internacionais e nacional: México - 1995, asiática - 1997-98, russa - 1998-99, argentina - 2001, atentados terroristas nos EUA – 2001, brasileira - 1999. A dívida pública cresceu sem que a arrecadação com as privatizações minorassem o problema. O Governo recorreu ao FMI. O Real teve uma valorização artificial relacionada à reeleição do Presidente, mas depois sofreu desvalorização, o que elevou o custo de vida.

[23] Os governos petistas de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2016) mantiveram as políticas anteriores de estabilidade econômica, e direcionaram prioridades de crescimento econômico com foco em certos segmentos do capital: bancos, construção civil, setor petrolífero, setor marítimo, segmentos do setor industrial, agronegócio. A balança comercial se manteve superavitária no período e foram realizadas muitas negociações com a OMC (Organização Mundial do Comércio), a dívida externa decresceu e o Brasil deixou de recorrer ao FMI, nos governos Lula o Risco Brasil teve seu mais baixo índice, mas a dívida interna cresceu.

profundidade, nova era quanto a certas composições de poder em seus centros de decisão, entre outros aspectos.

No caso brasileiro, como em outros países, as forças internacionalmente vinculadas ao projeto de Globalização se compõem com forças políticas internas tradicionais.[24] Parte dessas forças se (re)moderniza, adequando-se às configurações mais atuais do capital, a exemplo de extratos proprietários rurais convertidos para o agronegócio. Outra parte se subordina às frações hegemônicas do capital, mas lhe prestando funções importantes de mediação com a sociedade civil. Politicamente, a base de sustentação dos governos, formalmente liderada pelo PSDB no período 1995-2002 e pelo PT no período 2002-2016, continua composta por agrupamentos partidários portadores de velhas práticas fisiológicas e patrimonialistas.[25]

Assim, neste período de 1985 a esta data, podemos identificar essas e outras permanências de nosso passado autoritário e antidemocrático. O autoritarismo continua vigindo sob a capa de uma democracia formal[26], e a nossa última transição política aponta uma redemocratização questionável da sociedade brasileira, processo ora analisado neste evento (e neste ST) por Neves (2016). Neste sentido, seu texto e este são complementares.

Na última parte deste trabalho, a seguir, buscamos apontar não apenas as permanências autoritárias como o seu recrudescimento nos anos bem recentes.

O TEMPO IMEDIATO E A CRISPAÇÃO NERVOSA DAS ONDAS: A FASCISTIZAÇÃO ATUAL

Nas suas reflexões sobre a temporalidade histórica, Braudel assim se refere ao tempo dos acontecimentos:

> ... história cortada não à medida do homem, mas à medida do indivíduo, a história dos acontecimentos, segundo François Simiand: a agitação de superfície, as ondas que alçam as marés em seu potente movimento. Uma história de oscilações breves, rápidas e nervosas. Ultrasensível por definição, o menor passo fica marcado em seus instrumentos de medida. História que, como tal, é a mais apaixonante, a mais rica em humanidade e, também, a mais perigosa. Desconfiemos desta história todavia em fragmentos, tal como as pessoas da época a sentiram e viveram ao ritmo de sua vida, breve como a nossa. Essa história tem a dimensão tanto de suas cóleras quanto a de seus sonhos e ilusões (BRAUDEL, 1949: XIII).

Configurar o tempo curto recente significa, pois, o tempo de nossa própria vida, com as dificuldades de nossa vivência na dupla dimensão como historiadora, analista do que acontece, e como vivente do que acontece.[27]

---

[24] Por essa denominação, designa-se forças econômicas- sociopolíticas vinculadas a frações do capital correspondentes a etapas anteriores do sistema capitalista.

[25] A face mais visível de tais práticas é a corrupção, tão momentosa nestes nossos tempos presentíssimos mas que integra o arsenal autoritário gestado em nosso processo histórico, transversalizando-se endemicamente no tempo sob várias formas. É preciso atentar para o fato de que, apesar da demonização especialmente midiática imputar a corrupção ao Estado e aos políticos, trata-se de uma prática também do setor privado/empresarial. As evidências nesse sentido são indubitáveis tanto Na atualidade quanto em épocas passadas de nossa História. .

[26] Boaventura Santos (2007, p. 11-13) explicita como estamos vivendo um movimento do pensamento abissal caracterizado pelo *regresso do colonial* e o *regresso do colonizador*, em que, agora, o eixo da apropriação/violência está corroendo o eixo da emancipação/autonomia, de que é exemplo o Estado de Exceção, que mantém a ordem constitucional enquanto promove a erosão dos direitos civis e políticos.

[27] Para efeitos desse trabalho, estamos considerando o tempo imediato como os cerca de quatro a cinco últimos anos, opção justificada no texto. Daí, também, a mudança de tom em relação às partes anteriores: sujeitos relevantes da trama política desse período pós-1985 ainda estão vivos, acontecimentos desse tempo conjuntural reverberam nas mais recentes ocorrências na sociedade brasileira, razão pela qual o texto assume feições descritivas a que, na medida do possível, adicionamos considerações interpretativas. Essa opção explica o elevado número de notas de rodapé, apesar das críticas que certos historiadores fazem a esse tipo de recurso:

Nestes termos, da perspectiva da nossa vivência-ofício, uma questão inicial é: essa atualidade de nossos dias ainda faz parte do chamado processo de redemocratização da sociedade brasileira, formalmente aberto em 1985, com o fim do regime militar, mas com sinalizações anteriores? Ou se está abrindo agora uma outra conjuntura, com sinais antidemocráticos?[28] Ou os sinais antidemocráticos persistem nesse período ainda denominado de redemocratização?

Escolhemos examinar tais questões em dois conjuntos de acontecimentos muitíssimo recentes: 2012-2013, com a emergência de protestos de rua; e 2016, com a crise política de que decorreu o afastamento da Presidente da República. Entendemos tais conjuntos como crispações de ondas de maior intensidade. O primeiro conjunto traz à tona a questão da inclusão-exclusão. O segundo conjunto também traz à tona a mesma problemática, mas sob a capa de luta contra a corrupção e tem alguns movimentos diferenciados em relação ao primeiro. Inclusão-exclusão e corrupção: dois eixos fundamentais para a aferição do grau de democratização de uma sociedade.

Os protestos de 2012-2013, **mais democracia?** Com antecedentes em 2012, protestos de rua eclodiram mais intensamente entre abril e julho de 2013, por todo o país, especialmente nas capitais, originalmente desencadeados pelos aumentos nas tarifas de transporte público, depois alargando suas pautas *contra* outras causas: a péssima qualidade do transporte público e serviços públicos em geral, a repressão policial violenta ás manifestações, os gastos públicos vultosos da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, a PEC 37, a corrupção política e a impunidade, o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, conhecido como "cura gay", entre outras. Tais movimentos foram organizados nas redes, tiveram repercussão e solidariedade internacional, e aconteceram em duas fases distintas: a 1ª fase, com foco no reajuste do transporte público, teve pequena participação popular, não teve apoio da mídia, e houve muitos conflitos entre manifestantes e polícias, com uma dura repressão policial em alguns locais; a 2ª fase teve grande participação popular, grande cobertura da mídia[29], menos repressão policial e atendimento político (em parte) das demandas dos manifestantes.

Emergentes nas manifestações foram críticas e ações de hostilidades aos principais veículos brasileiros de mídia, pela falta de cobertura dos protestos ou pela tendenciosidade ao fazê-lo, o que provocou mudança de posicionamento de alguns deles, especialmente depois da agressão de certas polícias a repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. Contudo, predominava a desqualificação midiática dos movimentos, colando-se-lhe imagens de vandalismo, baderna, violência.

Em 11 de julho de 2013, centenas de organizações de trabalhadores, movimentos sociais e partidos de esquerda entram nos protestos e realizam o "Dia Nacional de Luta", organizado por centrais sindicais, com pautas específicas, entre as quais o Marco Regulatório dos Meios de Comunicação e o Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011).

---

somos daqueles que consideram a História-conhecimento como uma narrativa lastreada em *provas*, e não mera ficção. As notas buscaram tornar o texto principal menos pesado.

[28] A nossa historiografia ainda traz uma visão binária e linear sobre a relação autoritarismo- democracia: veja-se as nomenclaturas usadas: ditadura Vargas, redemocratização, ditadura militar, redemocratização. A nomenclatura de "ditaduras" apaga experiências democráticas de oposição em seu âmbito. Do mesmo modo, a nomenclatura "redemocratização" apaga as persistências autoritárias em período de certa abertura política. Nossa perspectiva refuta o binarismo linear – momentos democráticos alternando-se com momentos antidemocráticos – que não resiste ao exame das várias conjunturas da formação histórica brasileira, apontando a coexistência desses dois movimentos em cada uma de suas várias temporalidades.

[29] Segundo alguns analistas, as manifestações, originalmente de cunho progressista, foram apropriadas pelos segmentos conservadores, capitaneados pela grande mídia.

O Governo Federal reagiu aos acontecimentos: a Presidente da República se pronuncia, a 21 de junho de 2013, favorável às reivindicações democráticas, reconhece a necessidade de "oxigenar o sistema político" e promete uma ampla reforma que ampliasse o poder popular. Realiza diálogos com o Movimento Passe Livre, com prefeitos e governadores, com centrais sindicais, apresentando proposta de cinco pactos nacionais.[30] Mas a proposta sofre revezes políticos e encalha no Congresso Nacional.[31]

A partir de jullho, os protestos diminuem, segundo alguns analistas, devido à falta de pautas específicas e à violência das manifestações. No entanto, é possível vislumbrar naquele conjunto de acontecimentos certas tendências presentes na sociedade brasileira que se ampliariam nos anos seguintes.

Uma delas é a expressão de massas insatisfeitas quanto a políticas de governo.[32] Essas massas em protesto abrangem certa juventude com acesso à informação e às mídias sociais. Fenômeno também em ocorrência em países com bom crescimento econômico recente: Turquia, países árabes, Brasil.

Outra tendência é a propensão anti-institucional e antipolítica das manifestações. Como se trata de acontecimentos muito recentes, os analistas ainda debatem sobre sua natureza apartidária ou antipartidária. As interpretações variam: as mobilizações representaram descrença em formas de organização coletiva ou despolitização; podem ser manobradas por certas ideologias antidemocráticas ou fascistas de modo a abortar a sua vocalização popular; ou pautarão suas demandas fora do espectro partidário.

---

[30] Os pactos: **transporte público**: investimentos em corredores de ônibus, VLTs e metrôs, criação de um Conselho Nacional de Transporte Público com a participação de usuários e sociedade civil, desoneração de PIS e COFINS para o diesel de ônibus e para a energia elétrica de trens e metrôs, matriz de transportes sobre trilhos; **reforma política e combate à corrupção**: convocação de um plebiscito com a criação de uma assembleia constituinte exclusiva, implementação da Lei de Acesso à Informação, transformação da corrupção dolosa em crime hediondo; **ações na saúde:** aceleração dos investimentos já contratados para construção de UPAs, UBS e hospitais, ampliação do sistema de troca de dívidas de hospitais filantrópicos por mais atendimento, incentivos a médicos para trabalho em regiões mais pobres e remotas, com possibilidade de médicos estrangeiros nesses lugares, exclusivamente para o SUS; **ações na educação:** 100% dos royalties do petróleo para educação, e 50% do pré-sal; **medidas para evitar os feitos da crise mundial sobre o país.**

[31] A Constituinte acabou descartada por ter sido rejeitada pelo vice-presidente, a OAB e a oposição, tendo-se optado pelo plebiscito. O projeto de lei que torna corrupção em crime hediondo, seja passiva ou ativa, foi aprovado no Senado ainda em julho. Mas as centrais sindicais se diividiram sobre o plebiscito e apresentaram sua pauta: fim do fator previdenciário, 10% do PIB para a saúde, outros 10% para a educação, jornada de trabalho de 40 horas, reforma agrária, transporte público de qualidade, valorização das aposentadorias, mudanças nos leilões de petróleo, veto ao PL 4330 sobre terceirização, A UNE adota como pautas: 10% do PIB para a educação e 100% dos royalties do petróleo, contra o Estatuto do Nascituro e contra oprojeto de "cura gay", democratização das mídias, reforma política e passe livre estudantil. Não há consenso político sobre o financiamento público de campanha. A Camara dos Deputados acaba recusando o plebiscito e optando por uma proposta paralela de reforma política.

[32] Uma arguta interpretação a propósito foi veiculada na ocasião dos protestos pelo jornal espanhol *El pais*, de 19.06.2013, qualificando os manifestantes como "filhos rebeldes de Lula e Dilma", questionando o que recebem: "os "filhos" que "subiam nos ônibus pagando caro, sendo empurrados, alguns tentando entrar pelas janelas, 'eles' com perigo de serem assaltados e 'elas' abusadas sexualmente, em vez de alegrarem-se com os estádios de primeiro mundo começaram a dizer que poderiam abrir mão da Copa, mas não de transportes, escolas, e hospitais dignos".*Apud* <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2013/06/19/manifestantes-sao-filhos-rebeldes-de-lula-e-dilma-diz-el-pais.htm>. Nesse sentido, corroboravam cartazes dos manifestantes:"FIFA, paga minha tarifa", "Queremos hospitais padrões FIFA", "Da Copa eu abro mão, quero é investimento em saúde e educação". A visão de Arias foi corroborada também pelo secretário-geral da presidência da República, Gilberto Carvalho, o ex-presidente Lula e o cientista político francês Olivier Dabène, para os quais os protestos decorreram de descontentamentos das camadas sociais emergentes da exclusão e incluídas na esfera do consumo. Para o pesquisador francês Frédéric Louault, houve distanciamento do governo em relação aos movimentos sociais. Lembrando-se que o cenário era de baixo crescimento econômico e alta da inflação.

Buscando uma compreensão mais longitudinal desses acontecimentos, valemo-nos da interpretação do jornal *El Pais*, referida na nota 27 abaixo. Que marés são essas dos protestos? Por que a maré por mais inclusão social subiu mais alto?

Uma breve retrospectiva.

Os governos Sarney, Collor e Itamar Franco, por suas circunstâncias, pouco ou quase nada fizeram em termos de políticas sociais.[33] Nos governos FHC, suas principais realizações, nesse âmbito social, foram: ampliação do acesso ao ensino básico, diminuição do analfabetismo, políticas de saúde[34], alguns programas de transferência de renda[35] O salário mínimo teve aumento de 44, 28% em oito anos, no entanto a taxa de inflação média anual (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), foi de 9,71% no primeiro mandato de FHC e 8,77% no segundo. As taxas de desemprego oscilaram: 8,4% em 1995, 12,1% em 1999 e 11,7% em 2002, média de 10,6%. Os empregos industriais tiveram queda constante entre 1995 e 2002. Neste último ano, apenas 28,7% dos assalariados tinham empregos formais.[36] Uma das mais graves ocorrências do período FHC foi o desmonte e desregulamentação dos direitos trabalhistas, eufemisticamente denominados de flexibilização, condizentes com os interesses do projeto neoliberal da Globalização.[37]

Nos governos seguintes, Lula-Dilma, no intuito de reduzir a pobreza e a desigualdade social, as políticas sociais se ampliaram mediante programas de geração de emprego e transferência de renda ao trabalhador através do fortalecimento do mercado interno, a retomada do Estado como indutor do desenvolvimento e as legislações trabalhista e previdenciária. Foram realizadas ações para a erradicação do trabalho infantil e de combate ao

[33].Mas duas medidas inegavelmente importantes desse período foram: o SUS (Sistema Único de Saúde), instituído pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei nº. 8.080/1990; e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), instituído pela Lei 8.069/1990.

[34] Tais como: criação do FUNDEF para custear o Ensino Fundamental, e a aprovação da LDB; na área de saúde: combate à AIDS, popularização de medicamentos genéricos, diminuição de impostos sobre medicamentos de uso continuado, lei de patentes, sistema de transplantes, política antitabagista.

[35] Bolsa-escola, Vale-gás e Bolsa-alimentação, PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).Comunidade Solidária. Mas este último, em tendência privatizante.

[36] Os dados estatísticos do texto, referentes às notas 27, 29, 30, 31, 32, foram extraídos de Gomes e Cruz (2014), que os coligiram do IBGE, IPEADATA, Banco Central.

[37] Em 2001, o Governo apresentou um projeto de alteração do artigo 618 da CLT, em que a negociação prevaleceria sobre a disposição legal, o que causaria impactos sobre várias conquistas dos assalariados – 13º salário, férias, adicionais etc. O projeto foi severamente contestado e foi arquivado. Mas, antes disso, o Governo foi alterando homeopaticamente as regras trabalhistas: cerceamento da autuação e multa das empresas por desrespeito às convenções e acordos trabalhistas (Portaria 865, setembro de 1995), retirada do direito brasileiro, através do Decreto 2.100, de dezembro de 1996, da norma (Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho) restritiva a demissão imotivada; permissão do trabalho dos comerciários aos domingos; fim da incorporação da participação nos lucros e resultados aos salários e benefícios dos trabalhadores (MP nº 1.539, convertida na Lei nº 10.101, reeditada desde o final de 1994); criação do "contrato por tempo determinado", permitindo jornada semanal superior às 44 horas previstas na Constituição sem o pagamento das horas-extras, e criando o "banco de horas" (Lei nº 9.601, 1998); instituição **do** contrato parcial de trabalho, possibilitando a jornada semanal de, no máximo, 25 horas, com redução proporcional do salário e do tempo das férias – que pode ser de oito dias (Medida Provisória nº 1.709, depois renumerada para 1.779 e 2.168, em vigência desde 1998; instituição da "demissão temporária", com suspensão do contrato de trabalho por cinco meses, período em que o trabalhador demitido poderia receber seguro-desemprego custeado pelo FAT, um fundo público constituído por contribuições dos próprios assalariados (Medida Provisória nº 1726, 1998); ofensiva contra a Justiça do Trabalho, com projetos como o do rito sumaríssimo, das Comissões de Conciliação Prévia e do fim do juiz classista. Neste período, também foram tomadas medidas para enfraquecer, política e financeiramente, os sindicatos: mobilização do Exército contra a greve dos petroleiros, multa das entidades da categoria, projeto de criminalização das greves, pressão para limitar o nº de dirigentes sindicais e proibição do desconto das contribuições confederativa e assistencial, tentativa de instituir o pluralismo sindical (PEC-623, mal sucedida, devido à resistência dos sindicatos).

trabalho escravo, bem como na área de educação em vários níveis, especialmente a expansão do Ensino Superior e a alocação de mais recursos para Educação e Saúde.[38] Segundo dados do BIRD, o país reduziu a taxa de pobreza de 40% em 1990 para 9, 1% em 2006. As taxas de inflação baixaram.[39] O Produto Interno Bruto se expandiu.[40] A taxa de desemprego teve média anual de 8,1% no período (2003-2014).[41] O salário mínimo teve reajustes anuais acima da inflação e possibilitou um relativo aumento do poder de compra.[42] Quanto aos direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários, o período Lula-Dilma caracterizou-se pela recuperação de direitos suprimidos nos governos anteriores e o adicionamento de novos direitos.[43]

---

[38] Tais como: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, PETI, Luz para Todos, Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, PRONATEC, PROUNI, Ciência sem Fronteiras, Mais Médicos, ampliação dos programas Farmácia Popular e Brasil Sorridente.

[39] De 12,53% (2002- último ano dos governos FHC) para: 9,30%, em 2002, para uma meta de 8, 5%; 7,60% em 2004, para uma meta de 5,5% em 2005; 5,59% em 2006, para uma meta de 4,5%; 3,14% em 2006, para uma meta de 4,5%; 4,46% em 2007; 5.90% em 2008, respectivamente; 4,31% em 2009; 5, 91% em 2010 (de 2007 a 2010, a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional se manteve em 4,5%). .No Governo Dilma, esses índices foram de: 5,99% (2011), 5,84% (2012), 5,91% (2013), 6,41% (2014), 10,67% (2015).

[40] Expansão média de 4% ao ano (2003-2010) em relação ao período anterior (média de 2,3% ao ano, entre 1995-2002). No período 2011-2015, o PIB apresentou os seguintes índices: expansão de 2,70% (2011), 1,00% (2012), 2,70% (2013), 0,10% (2014), -3,80% (2015), já demonstrando sinais de recessão do fim do 1º para o começo do 2º mandato da Presidente Dilma. Segundo analistas, o crescimento do PIB em 2011 foi afetado pela elevação da taxa de juros e pelas crises norte-americana e europeia, cujas economias cresceram menos do que a brasileira. Em 2012, houve queda no setor agropecuário e na indústria e elevaram-se despesas do governo. Em2013, tanto a pecuária cresceu, assim como continuou crescendo o setor de serviços. Em 2014, o PIB teve o pior resultado desde a queda em 2009, em decorrência da crise mundial, a indústria voltou a decrescer e o crescimento dos outros setores foi pequeno. Em 2015, o PIB encolheu. Cf. <http://br.advfn.com/indicadores/pib/brasi>l.

[41] Em 2002, era de 10,5% da População Economicamente Ativa (PEA). Os empregos formais cresceram de 28,7% para 47,5% (2012). No primeiro mandato de Dilma Rousseff, a média do desemprego foi de 5,4%. Mas, no 1º ano do 2º mandato, em 2015, o índice cresceu.

[42] Em 1994, o valor da cesta básica era maior do que o salário mínimo. A partir daí, esse percentual foi baixando, mas ainda representava 70,53% em 2002. Em 2010, representava 48,61%. Cf. <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2010/201012cestabasica.pdf>.

[43] **Governo Lula**: concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e criação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) (Lei 10.666/03); reajuste e aumento real dos benefícios previdenciários pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em 2006 (Lei 11.430/06); regulamentação do trabalho aos domingos para os comerciários, alterando dispositivos anteriores (Lei 11.603/07); reconhecimento, forma e legalização das centrais sindicais (Lei 11.648/08); piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738/08); criação do Programa Empresa Cidadã, com vistas à prorrogação da licença maternidade de quatro para seis meses, mediante concessão de incentivo fiscal às empresas aderentes (Lei 11.770/08); proibição de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a empresas que tenham prática de assédio moral (Lei 11.948/09); participação dos empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas com maioria de capital social com direito a voto detidas pela União (Lei 12.353/10); sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria dedicados exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, e pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo (Emenda Constitucional 47/05); **Governo Dilma**: reconhecimento do Teletrabalho, ou trabalho a distância (Lei 12.551/11); ampliação da formação profissional do trabalhador por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) (Lei 12.513/11); ampliação do aviso prévio de trinta para até noventa dia (Lei 12.506/11); correção anual da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física até 2014, e atualização do valor para 2015 (Lei 12.469/11 e MP 644); criação da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Lei 12.440/11); instituição da política de aumento real para o salário mínimo até 2015 (Lei 12.382/11); instituição do sistema de inclusão previdenciária para os trabalhadores de baixa renda (Lei 12.470/11); instituição do Programa de Cultura do Trabalhador e criação do Vale-Cultura Lei 12.761/12); instituição do adicional de periculosidade para os vigilantes (Lei 12.740/12); isenção do imposto de renda até o limite de R$ 6 mil reais sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados (Lei 12.832/13); permissão aos taxistas de transferir para seus dependentes a outorga da licença (Lei 12.865/13); extensão aos

Aspecto importante do período pós-1985, especialmente pós-1996, foram as políticas de Direitos Humanos e de Diversidades Socioculturais, diretamente relacionadas à problemática da (re)democratização.

Em 1996, o Governo FHC criou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), medida para a qual pesaram vários condicionantes: a transição para um Estado de Direito após a ditadura, a internacionalização da economia e da política consequentes às pressões externas em favor dos DH, à Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993) e, sobretudo, à mobilização da sociedade civil brasileira em torno da violação de direitos do regime militar contra adversários políticos e, também, do próprio regime democrático contra os cidadãos comuns.[44] No PNDH I, priorizou-se a proteção e promoção dos direitos civis e políticos de todos os cidadãos, com ênfases no direito à vida e à segurança pessoal, de modo articulado com a proteção dos direitos políticos, sociais, econômicos e culturais. Em 2002, último ano do 2º mandato de FHC, foi aprovado o PNDH II, com a inclusão de direitos sociais, econômicos e culturais, e houve a sinalização para destinar recursos públicos para sua implementação, duas dimensões ausentes no PNDH I. Os Direitos Humanos se convertiam formalmente em uma política de Estado. Em 2009, o Governo Lula lançava o PNDH III, cuja elaboração contou com significativa participação da sociedade, substituiu a concepção de áreas programáticas dos planos anteriores pela concepção de eixos temáticos estruturantes e correspondentes ações transversais de execução, considerou a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos em todas as suas dimensões:civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais, reprodutivos e ambientais, incluiu diretrizes dirigidas à promoção, defesa e proteção da ação dos defensores de direitos humanos. Foi afirmativo quanto à universalização dos direitos em um contexto de desigualdades e ao impacto de um modelo de desenvolvimento insustentável e concentrador de renda na promoção dos direitos humanos. No entanto, a nova versão do PNDH suscitou inúmeras críticas sobre pontos polêmicos, tais como: a legalização do aborto; a proibição de símbolos religiosos em locais públicos; a previsão de escuta dos invasores de terras no cumprimento de decisões judiciais sobre conflitos agrários, como a reintegração de posse; a criação da Comissão da Verdade, para apurar torturas e desaparecimentos durante a ditadura (1964-1985). Poucos meses após o lançamento do PNDH III, vários pontos do texto foram alterados, em um recuo do Governo para atender reivindicações de militares, religiosos, ruralistas e setores dos meios de comunicação (<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Artigo-PNDH-Programa-Nacional-de-DH_-efetivar-direitos-e-combater-as-desigualdades.pdf>).

Ainda assim, é perceptível que, do 1º para o 3º PNDH, houve o deslizamento de uma concepção universalista liberal para uma concepção mais sociocultural dos Direitos Humanos.

---

empregados domésticos dos mesmos direitos dos trabalhadores urbanos (Emenda à Constituição 72); sobre aposentadoria da pessoa com deficiência (Lei Complementar 142/13); expropriação de propriedade urbanas e rurais em que forem encontrados trabalho escravo ou análogo ou o cultivo de maconha (Emenda à Constituição 81/14).

[44] Ocorreram algumas medidas relativas a Direitos Humanos no período anterior a FHC. **No Governo Sarney:** mutirão x violência, criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM, Lei n. 7.353/85), ratificação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em 1989. **No Governo Collor:** criação do "Programa de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes", criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, Lei n. 8.242/91), ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (1992). **No Governo Itamar Franco:** preparação de uma agenda brasileira para a Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), de uma Agenda Nacional de Direitos Humanos, bem como medidas de incentivo à cidadania e de combate à violência e à criminalidade. Ver um histórico da elaboração do PNDH I em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/72/114>.

Assim é que, no período dos governos Lula- Dilma, se acentuam políticas afirmativas/inclusivas de minorias sociais (negros, indígenas, homoafetivos, deficientes, entre outras), como desdobramentos do alargamento das Políticas de Direitos Humanos e de Educação em Direitos Humanos fomentadas pelo Estado. Tais políticas, por sua vez, eram decorrentes de demandas de novos movimentos sociais, de base identitária, constituídos e instituídos a partir dos anos de 1970, em uma sociedade que se torrnara mais diversificada e complexa.

Embora tenha ocorrido, no período pós-1985, e, especialmente, após 2002, uma notória inclusão social[45] promovida pelo Estado, parece-nos que a mesma não foi suficiente para dar conta das vastas carências e exclusões acumuladas secularmente na sociedade brasileira, nas mais diversas áreas. Na infraestrutura, por exemplo, os investimentos governamentais desde o fim do regime militar têm sido considerados muito baixos. Também na saúde e educação, longe estamos dos patamares desejáveis para uma mudança que reverta a acumulação histórica de deficiências nas políticas públicas.[46]

Indo mais a fundo na compreensão da questão, é preciso analisar como foi feita a inclusão social referida. Os governos Lula-Dilma realizaram certas políticas distributivistas maiores do que quaisquer outros períodos históricos, no entanto, esse distributivismo se fez pela transferência de renda para setores mais depauperados, através de programas estatais, com repercussões sobre a esfera do consumo. Mas não ocorreram mudanças de cunho estrutural, a exemplo de uma Reforma Tributária, que modificasse a estrutura de distribuição de renda do país, considerada a maior do mundo em termos de desigualdades.

Por outro lado, a inclusão ocorrida suscitou demandas por mais inclusão, ou por permanência na inclusão, como assinalou o jornalista de *El Pais*, expressas nos movimentos de 2013 e em movimentos mais recentes (2016), como o dos alunos das escolas públicas, em vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, entre outros). A insuficiência inclusiva visibilizada em 2013 teve por estopim os vultosos gastos com as Copas e denunciou a questão das prioridades nos gastos públicos. Ou seja, a demanda de inclusão requereria o aprofundamento do processo, de certa forma sinalizado pelas propostas do Governo Dilma em reação às manifestações, conforme relatamos. As propostas esbarraram no Congresso Nacional, detonando a crise política.

O fundo do fundo da questão reside no modelo econômico. Na lógica de mercado que o preside. Os Governos Lula-Dilma, por mais que sejam imputados de comunistas, foram configurados nos contornos de um capitalismo que, no máximo, tiveram uma variante mais distributivista, com limites. O sistema capitalista admite e precisa da inclusão, até certo ponto. Assim, por exemplo, no contexto da Globalização, as diversidades socioculturais são contempladas pelo sistema segundo seus interesses de ampliação do mercado de consumo. Nesta ótica, admite-se a cidadania, mas em uma dimensão economicista, reducionista: cidadão é quem é consumidor. Uma das maiores mudanças que caracterizaram o trânsito para a etapa da Globalização, foi na configuração do próprio mercado: de um mercado de massas consumidoras de produtos padronizados, passou-se a um mercado s*egmentado*, de produtos direcionados para as características *diversas* dos consumidores. Porém, quando a cidadania assume maiores dimensões e reivindicações, a exemplo de políticas públicas (demandas por mais saúde, educação e cultura, por exemplo), o sistema (os seus porta-vozes) reage(m) contra o investimento de recursos públicos assim direcionados e manifesta os limites da inclusão. Em um contexto agravado pela crise econômico-financeira do 2º Governo Dilma, isso se expressa na crise política desde a sua reeleição.

[45] Esse processo é reconhecido internacionalmente, sobretudo no que se refere ao combate à fome.

[46] A análise desses investimentos requer um imprescindível trabalho à parte, que extrapola as dimensões desse trabalho.

Foi quando o autoritarismo arraigado, mas enrustido, na sociedade brasileira ganhou as ruas.

A Crise Política, **as Manifestações de 2016 e Explicitações Fascistas:** O 2º conjunto de acontecimentos escolhido para análise se refere à crise política visibilizada com os episódios de 2013 e acentuada desde 2014, com a eleição de Dilma Rousseff para seu 2º mandato como Presidente da República. É neste período que se tornam mais explícitas ações e manifestações de fascistização na sociedade brasileira atual. O foco desta parte incide na temática da corrupção, mas abrange suas relações com as problemáticas de inclusão-exclusão e de representatividade política.

Como o sistema político processou esses acontecimentos no país, durante uma faseconsstantemente reiterada como de redemocratização?

Os acontecimentos de 2012-2013 já prefiguravam, de certo modo, ocorrências que irromperiam nos anos seguintes. Já estavam postos, de um lado, os efeitos da crise internacional de 2010 sobre a economia brasileira[47], e, de outro, a crise de sustentação política do Governo brasileiro. Dilma Rousseff foi reeleita com certa dificuldade. O Congresso eleito conjuntamente apresentava um perfil bastante conservador. A base governista já dera mostras de retirar seu apoio ao Governo desde as medidas por este encaminhadas ao Congresso em 2013, já referidas anteriormente.

Neste contexto de descontentamentos contra o Governo, a mídia impressa e televisiva se engaja de uma forma cáustica e manipulatória da opinião pública, com denúncias de corrupção no âmbito do Governo.[48]

---

[47] Em 2008 e 2010, ocorreram crises internacionais, de acumulação do capitalismo rentista e da captura do Estado pelo rentismo (FONSECA, Francisco. <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-tres-crises-do-governo-Dilma/4/33990>. A primeira, decorrente do setor hipotecário dos Estados Unidos, com a quebra do banco Lehman Brothers, alastrou-se por outras instituições financeiras norte-americanas e europeias, tendo os seus governos injetado recursos públicos para salvá-las; muitas empresas demitiram seus empregados. Em 2010, ocorreu a crise da dívida pública europeia ou crise da Zona Euro, de natureza financeira, tendo como resultante a dificuldade ou impossibilidade de certos países da Zona Euro realizarem o pagamento ou o refinanciamento de suas respectivas dívidas públicas. Em consequência, houve recessão global entre 2008-2012. Foi a maior crise desde a Grande Depressão de 1929. De fins dos anos de 1990 a 2012, a economia brasileira tivera forte impulso, em parte pela alta dos preços das *commodities* no mercado internacional, estimulada pela demanda da China, que se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, provocando a valorização do real (pela entrada de dólares). O Governo Lula impulsionou as exportações e a liberação de créditos para financiar o desenvolvimento, bem como realizou certa distribuição de renda e estimulou o consumo. mediante programas sociais, aumento real do salário mínimo e redução da taxa de juros (2009-2010). O gasto público se expandiu mediante programas de investimento em infraestrutura. No entanto, as crises de 2008 e 2010 impactaram no país: repatriamento de capitais estrangeiros investidos em Bolsas, perdas para empresas que especulavam com câmbio, falta de crédito no mercado mundial e retração dos mercados externos para grandes empresas brasileiras exportadoras, com consequente diminuição da produção, ameaças de falta de liquidez (de dólares) nos mercados. Por outro lado, a indústria brasileira não cresceu em produtividade e a valorização do real travou a sua competitividade frente a produtos importados, especialmente chineses. A balança comercial ficou deficitária, os preços se elevaram, igualmente a taxa de juros para combater a inflação. Com a desaceleração da economia chinesa, com efeitos no mercado mundial, entre os quais a queda nos preços das *commodities* (minério de ferro, petróleo, por exemplo), o Governo diminuiu os juros, mas aumentou o gasto público, ampliando a dívida interna em relação ao PIB, o que, em situação de juros elevados, encareceu o pagamento da dívida. De outro lado, a questão das investigações sobre corrupção, expondo as relações das grandes empreiteiras com políticos, agentes públicos, doleiros, paralisou a economia. Cf. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>.

[48] Por trás da campanha acirrada da mídia contra o Governo, desenrola-se um pesado jogo de interesses, estampado na própria mídia, mas na alternativa. Trata-se das dívidas dos principais grupos midiáticos do país para com o Governo Federal: Rede GLOBO, Grupo BAND, SBT, Grupo ABRIL, FOLHA DE SÃO PAULO, entre outros. Por outro lado, diminuíram as verbas governamentais para publicidade em 2015, atingindo principalmente as TVs abertas ainda que se expandindo para a mídia alternativa. Isso é uma das explicações para o alinhamento da grande mídia nacional a favor do *impeachment*, amplamente denunciado como golpe pela imprensa estrangeira dos principais países do mundo. O direito de resposta do Governo foi notoriamente cerceado. A "crise" foi midiatizada como estritamente política, do sistema político, do governo Dilma e do PT,

Emerge a proposta de *impeachment* da Presidente, da República, por supostas violações à Constituição. Neste movimento, engajam-se ostensivamente a mídia, a FIESP, e segmentos sociais de um corte preponderante nas classes médias. Em março de 2016, eclodem manifestações pelo *impeachment*. Por seus *slogan e* símbolos, percebem-se sentimentos e comportamentos autoritários e que podemos tipificar de fascistas. A exemplo de:

Símbolos: uso da camiseta amarela da (corrupta) CBF, em uma atitude pretensamente patriótica, que, de fato, não passa de patriotada; o pato da FIESP; fotos do juiz Sérgio Moro como o novo "herói" nacional;

Slogans: contra a corrupção; apoio à operação Lava Jato; defesa da volta da ditadura militar;

Comportamentos: atitudes discriminatórias, a exemplo das imagens da mão de Lula com quatro dedos; aversão à cor vermelha dos manifestantes contra o *impeachment*, especialmente vinculados à CUT e ao PT, a ponto de agredirem pateticamente dois manifestantes por estarem com uma bicicleta... vermelha![49]

A par das manifestações pró- *impeachment*, eclodem e se intensificam abertamente, por discursos e atos, manifestações de intolerância e violência contra as diversidades socioculturais: mulheres, negros e indígenas, homoafetivos; de classe, contra os camponeses organizados em movimentos sociais; partidárias, especialmente contra o Partido dos Trabalhadores. Alguns exemplos: pronunciamentos machistas escancarados, ao extremo de naturalizar o estupro e criminalizar as mulheres vitimadas[50]; desqualificação e mesmo demonização das culturas negras e indígenas[51]; agressões e violência física contra pessoas homoafetivas, fazendo muitas vítimas fatais[52]; constantes tentativas de criminalização dos

---

prestando um desserviço à sociedade brasileira para a compreensão dos aspectos estruturais, políticos e institucionais envolvidos.
Cf. <http://imguol.com/blogs/52/files/2015/06/tv1.png>.
<http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160426_michael_reid_economist_entrevista_fd>
<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/a-repercussao-do-golpe-na-midia-internacional.htm>

[49] Esses símbolos, *slogans* e comportamentos revelam uma escalada de violência simbólica e física, a par de um processo de imbecilização. Demonstram que tais manifestantes não realizam sinapses ou não querem realizá-las: dizem ser contra a corrupção do PT e do Governo Dilma, e usam a camiseta de uma entidade (CBF) manifestamente corrupta; desfilam com o pato inflável da FIESP também contra a corrupção e descobre-se que a figura do pato foi plagiada de um artista holandês; defendem a volta da ditadura militar, ignorando o que ela significou de retrocesso democrático; apoiam a operação Lava Jato desde que seja contra o Governo Dilma e o PT, calando-se diante da corrupção notória de políticos de outros partidos à direita, silêncio esse que ficou ensurdecedor depois do afastamento da Presidente e as seguidas denúncias de corrupção de ministros do governo interino de Temer. Ainda sobre a falta de sinapses: associam a cor vermelha ao PT e a comunistas, ignorando o significado histórico da cor vermelha na Revolução Francesa e nas lutas dos trabalhadores a nível mundial.
Sobre o pato da FIESP: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_pato_fiesp_fs>.
Sobre o episódio da bicicleta:
<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2016/03/17/agredidos-na-paulista-porque-tinham-uma-bicicleta-vermelha-e-cara-de-petistas/> e
<http://outraspalavras.net/alceucastilho/2016/03/19/casos-de-agressao-por-uso-de-vermelho-se-multiplicam-porque-autoridades-se-calam/>

[50] Entre inúmeros casos desse teor, o mais clamoroso foi o pronunciamento do deputado Jair Bolsonaro, em plenário da Câmara Federal, contra a deputada Maria do Rosário, a 9 dez.2015. Pior do que isso, são as várias expressões de apoio ao deputado nas redes sociais.

[51] A exemplo das inúmeras afirmações midiáticas do deputado federal e pastor evangélico Marco Feliciano, de que os negros descendem de ancestral amaldiçoado por Noé e "sobre o continente africano repousa a maldição do paganismo, ocultismo, misérias, doenças oriundas de lá: ebola, Aids. Fome..." A título de exemplo: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm>.

[52] A violência contra homoafetivos é fartamente documentada na mídia.

movimentos sociais[53]; demonização dos partidos e organizações de esquerda, com a imputação de "comunistas".[54]

Os conflitos da sociedade abrangente repercutem nas redes sociais, que os amplificam, dividindo famílias, afetando amizades.

Um outro processo também está em ocorrência e se cruza e articula com as manifestações de intolerância e violência: a ofensiva político- ideológica da chamada "bancada evangélica" no Congresso Nacional e na sociedade civil, de que falaremos mais adiante.

A temática da corrupção atinge o Poder Judiciário em suas mais diversas instâncias, provocando cisões ponderáveis.[55]

Os acontecimentos se precipitam. A 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprova o prosseguimento do processo de *impeachment* no Senado. Em 12 de maio seguinte, o Senado aprova o afastamento temporário da Presidente da República. A Presidente é afastada e assume o Vice- Presidente Michel Temer. Configura-se um golpe institucional, amplamente noticiado pela imprensa internacional. Eclodem amplas manifestações de rua em todo o país, contra o golpe, e em defesa da ordem democrática.[56] Neste ínterim, as denúncias de corrupção também se amplificam e adquirem enormes proporções, atingindo muitos políticos partidários do *impeachment*, incluídos muitos integrantes do governo Temer.

Essas são as ondas em crispação.

Na crista das ondas, os embates de 2016, entre forças pró- *impeachment* e forças contra o *impeachment* antagonizam, de forma mais precisa, grupos e indivíduos de talhe autoritário e grupos e indivíduos de talhe democratizante, respectivamente. As forças autoritárias reúnem vários segmentos da burguesia, nucleados mais explicitamente pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), e mais a grande mídia, grupos religiosos, segmentos das classes médias, a alta cúpula do Poder Judiciário. Entre as forças democratizantes, incluem-se, várias centrais sindicais, movimentos de trabalhadores,

---

[53] Há projetos no Congresso Nacional nesse sentido, representando setores conservadores da sociedade brasileira. A grande mídia também tem reverberado essa posição. Os movimentos mais visados são a CUT e o MST.

[54] O imaginário anticomunista foi longamente construído em nossa sociedade. Só para se ter ideia: quando da chamada Revolução Praieira em Pernambuco, em 1848 (!), os revoltosos foram tachados de...comunistas. Com a Revolução Russa em 1917 e a fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, depois Partido Comunista Brasileiro, esse imaginário cresceu, fomentado por grupos conservadores, entre os quais a Igreja Católica. Essa é uma das persistências da nossa história política. Cf. Motta, 2002; Cavalcante Neto, 2013.

[55] Em 18 mar.2016, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil votou pelo apoio ao *impeachment* da Presidente da República, o que desencadeou uma série de manifestações de advogados, no país todo, contra a decisão da entidade. Em várias partes do país, segmentos do Poder Judiciário se pronunciaram contra o *impeachment*, em posição contrária à posição oficial de suas associações. Cf. alguns exemplos:
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751745-oab-declara-apoio-ao-impeachment-da-presidente-dilma.shtml>
<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/advogados-se-insurgem-contra-posicao-da-oab-pr-a-favor-do-impeachment-dvd26ypdwgex1xabm3loe2cec>
<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/suetoni/2016/04/14/1998/>
<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1735788-juizes-divergem-de-associacoes-e-divulgam-nota-sobre-impeachment.shtml>

[56] Não foi nossa intenção relatar no texto todos os eventos da crise política, de forma circunstanciada. Primeiramente, por serem incabíveis, dada a sua amplitude; por outro lado, já há obras editadas sobre o tema, apesar do processo ainda estar em curso. Nosso foco se projetou sobre as forças políticas em embate e a compreensão das manifestações de cunho fascistas. Para entendimento melhor deste contexto:
<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/10-livros-para-pensar-o-golpe/>. Ver também: Proner; Cittadino; Tenembaum; Ramos Filho (Orgs.), 2016.

movimentos vinculados às diversidades socioculturais, expressivo número de intelectuais e artistas de renome, forças populares.

Quais são os movimentos subjacentes dos oceanos?

Na vaga mais acima, que impulsiona as ondas, subjazem os interesses dos vários grupos sociais e seus interesses nessa conjuntura histórica mais recente da Globalização.
Assim, de parte das forças autoritárias:

- os interesses do capital: condensados aparentemente nos pronunciamentos e manifestações através da FIESP, de fato, muito mais de seus segmentos estão presentes, como o capital financeiro internacional, interessado em um maior alargamento da exploração dos nossos recursos naturais estratégicos (a exemplo do Pré-Sal); o rentismo interno; o capital produtivo nacional. Sua mira é contra as políticas do Governo, por não constituírem medidas de maiores ganhos ao capital, por não incrementarem a produtividade, do setor, entre as quais se incluem reivindicações explícitas de redução dos direitos trabalhistas e previdenciários e corte orçamentário em políticas sociais[57]:

> O governo federal, adotando políticas contracíclicas para garantir o dinamismo da economia brasileira diante da crise internacional, em 2009 reduziu a taxa Selic; em 2010 sofreu pressões para aumentá-la novamente; em 2011 retomou a política de baixar os juros. Como consequência, 2014 apresentou o menor superávit primário desde 1999, ou seja, a menor remuneração para os rentistas. O setor rentista também se sentiu ameaçado com a ação dos bancos públicos – Caixa e BNDES, especialmente –, que aumentaram o crédito, baixaram os juros e ganharam mercado. Os bancos públicos, de 35% do mercado que detinham em 2009, chegam a 55% em 2015. O congelamento dos preços da gasolina e da eletricidade tem o mesmo sentido, de preservar a capacidade de compra das pessoas e manter o dinamismo do mercado interno, e também contrariou interesses das empresas concessionárias.
> Como consequência dessas políticas, o grande empresariado e o setor financeiro se uniram contra a redução da rentabilidade do rentismo, contra as políticas anticíclicas, contra o governo Dilma. Isso se expressou nas eleições de 2014 e nas tentativas de desestabilização política que continuam até hoje.
> A estratégia defendida pelos governos do PT, de promover um impacto "keynesiano" de estímulo da economia pelo lado da demanda, de preservação do emprego, pode ser observada na distribuição entre renda do trabalho (salários, pensões, aposentadorias) e renda do capital (lucros, juros, aluguéis e renda da terra) nas contas nacionais. A participação da renda do trabalho no PIB era de 35% em 2003; em 2013, foi de 47%. O rentismo disputa a retomada de parcela maior da renda nacional, travando, com isso, o impacto esperado das políticas contracíclicas e o desenvolvimento do país (BAVA, 2015).

- a crítica da grande mídia privada, por razões expostas na nota 41;
- os interesses dos grupos religiosos, a chamada "bancada evangélica", tanto os de cunho econômico quanto ideológicos[58];

[58] Nessa última conjuntura pós-ditadura militar, emergiram e adquiriram forte visibilidade e atuação políticas certos grupos evangélicos vinculados à mídia eletrônica e ao mercado, que melhor talvez sejam denominadas como neoevangélicos, dadas as suas distinções em relação aos evangélicos "clássicos" constituídos na

- os descontentamentos e ressentimentos de segmentos das classes médias, por arcarem com a fatia mais significativa da tributação, e por considerarem os programas sociais do Governo como privilégio aos segmentos despossuídos[59], expressando, por discursos e atos, sentimentos de perda de privilégios, preconceitos, desqualificações do Outro, um ódio de classe;
- e mesmo os descontentamentos de setores despossuídos, desejosos de mais inclusão, fortemente influenciados pela grande mídia televisiva.[60]

De parte das forças democratizantes, de um modo geral, o posicionamento contra o *impeachment* tem sido feito em nome da defesa da democracia e pelo que isso implica de políticas mais distributivas e socioculturais inclusivas, apesar de críticas de parte dessas forças

---

modernidade (com a Reforma protestante). No entanto, também desses grupos fazem parte segmentos conservadores da Igreja Católica, de linha carismática. Os neoevangélicos têm significativo poder econômico-financeiro, base social expressiva que contempla, inclusive, segmentos sociais excluídos, e vêm acessando o poder político em ritmo crescente. Seus valores são conservadores, e suas práticas, autoritárias: tendo por visão de mundo o creacionismo bíblico, utilizam-na contra os que consideram como ameaças a sua identidade e combatem-nos, através de coação moral e mesmo física. Vários são os grupos sociais considerados como ameaças aos seus desígnios religiosos- políticos: os defensores de um Estado laico, os vinculados a atividades científicas de base racionalista e anti-creacionistas, os sujeitos de diversidades socioculturais, especialmente de gênero e de outras religiões (com ênfase naquelas de matrizes africanas e indígenas). O discurso neoevangélico imputa a tais grupos a pecha de ideologização, enquanto se auto-qualifica e a seus adeptos de desideologizados/neutros/sem partido, o que gera certo poder de convencimento eficaz na medida em que se considera(m) portador(es) e mesmo donos **da** verdade lastreada na fé. Têm realizado uma vigorosa ofensiva parlamentar para aprovação de projetos para a imposição de seus valores e interesses, a exemplo da isenção de tributos para as Igrejas, da Escola sem Partido, a proibição de discussão de Gênero nas Escolas, o Estatuto da Família, entre outros. Pode-se vislumbrar o seu direcionamento para um projeto de poder de cunho teocrático.

[59] Historicamente, na formação social brasileira, parte das classes médias tem sido tributária das classes dominantes, a cujos valores e condições aspiram. Seu *ethos* se baseia no individualismo e no moralismo, rejeitam projetos socializantes e inclusivos de base popular e sua visão de mundo enfatiza mais a defesa de privilégios do que de direitos, demonstrando dificuldades de compreensão mais ampla das relações sociais. Tanto é assim que, com base na sua visão individualista de mundo, consideram que a corrupção acabaria mediante a condenação dos corruptos, sem perceberem os aspectos estruturais ao sistema econômico-político: afastada Dilma, silenciaram, apesar das fartas denúncias de corrupção envolvendo as forças pró-*impeachment. Seria mesmo falta de capacidade de reflexão ou o limite de classe que não quer abrir mão de certos privilégios?*

Esta questão aparece com clareza nos posicionamentos dos segmentos de classes médias que se manifestaram nas ruas e nas redes sociais com *slogans* e comentários contra políticas inclusivas dos governos petistas: cotas para pobres e negros na universidade e no serviço público, acesso destes grupos à universidade por outras formas de acesso diferentes do vestibular seletivo, bem como ao transporte aéreo, ao automóvel, a bens de consumo duráveis mediante políticas creditícias.Em tais críticas, parecem não enxergar – ou não o querem ou ignoram a sua própria história – que o seu próprio acesso a tais bens teve [e continua tendo] por base políticas de inclusão, como bolsas de estudo nas universidades e facilitação de créditos para participação no mercado de consumo. Segundo esse pensamento, "elas", as classes médias, podem, os pobres, não. Essa mentalidade se revela na desqualificação discursiva generalizada das pessoas incluídas no Programa Bolsa Família como "vagabundos", que não querem trabalhar". Outro exemplo é o comportamento de tais segmentos diante de legislação que reconheceu direitos trabalhistas dos/as empregados/as domésticos/as. .Em outras palavras, de um lado a inclusão pelo consumo e pelo acesso a posições de classe até então intocáveis, pelos pobres, e de outro o não privilegiamento de pautas das classes´mediaS.

Para uma visão histórica das classes médias no Brasil e de sua mentalidade, relembrem-se os movimentos tenentistas (1918, 1924, 1930) e o apoio desses segmentos ao golpe militar de 1964, ressalvando-se as devidas considerações para as especificidades de cada conjuntura.

Em suma, este é outro tema que demanda pesquisas específicas, incabíveis neste texto pela extensão que o assunto demanda. Em especial, a questão da inclusão social dos períodos petistas tem suscitado debates e estudos sobre a reconfiguração das classes médias.

[60] Para uma análise sobre as forças pró-*inpeachment*, Cf. Silveira, 2016.

ao Governo, exatamente pela insuficiência de tais políticas, a exemplo da Reforma Agrária, das Políticas Indígenas, Trabalhistas e Previdenciárias, e para as Diversidades.[61]

Nas vagas mais profundas dos oceanos, em suas estruturas abissais, residem as relações e conflitos capital x trabalho, a velha- nova luta de classes, os velhos- novos conflitos entre interesses privados e interesses coletivos, e que, na sua configuração conjuntural mais atualizada (Globalização), se denomina de conflitos entre forças de exclusão e forças de inclusão.social.

Para aquele que jogaram a água do banho com a criança dentro – a derrota do socialismo real com discursos e ações no sentido de extirpar o marxismo, negando a luta de classes – fica uma pergunta: o que é a luta cotidiana por mais e melhor saúde, educação, transporte, salários, dignidade, se não a luta de grupos despossuídos contra a minoria detentora do poder?

Evidente que, consideradas as (re)configurações atuais do capitalismo, tanto transformando a *persona* do capital quanto a do trabalho, o conflito capital-trabalho assume novas formas. De parte das forças do trabalho, suas faces visíveis agora são as disputas em torno do acesso ao consumo e em defesa das diversidades socioculturais, contra os preconceitos, as discriminações, as intolerâncias. Nesse sentido, os movimentos identitários atualizam a luta de classes, mas a fazem subsumir em sua clássica acepção marxiana, à exceção dos movimentos camponeses (MST e congêneres). E, também, até certo ponto, a sua abrangência provoca a fragmentação das lutas sociais, por vezes, em um movimento de cissiparidades e indiferenças recíprocas. Porém, a sua própria extensão e aprofundamento cria (ou pode criar) mais focos de contestação ao sistema, pois muitos desses movimentos vão percebendo as articulações entre diversidade social e classe social. Da parte das forças do capital, as reiterações da lógica da acumulação, historicamente acumuladas (e esse é um trocadilho) também se fazem de novas formas, a exemplo do mercado segmentado, mas incorporando e remodelando suas práticas de exploração, a exemplo da retomada do trabalho escravo, de trabalho por meação, entre outras. Apesar das inúmeras concessões ao capital, feitas nos mais diversos países do mundo, e apesar da admissão de certa inclusão social, até necessária para a própria reprodução do capital, a inclusão sistêmica tem seus limites nessa reprodução, conforme já explicitado. E aí se explica, a par de condicionantes internos a cada formação social, a atualização de preconceitos, intolerâncias, violências contra segmentos sociais usualmente despossuídos, mas não exclusivamente, como a reincidência da ideologização religiosa fundamentalista, homofóbica, machista.

É preciso não perder de vista que, apesar de, para fins de clareza, expormos distintamente os vários ritmos da duração histórica, as águas dos oceanos, nos seus movimentos, misturam esses vários ritmos de duração, conforme a arguta construção teórica de Braudel. E vêm à tona na crispação das ondas.

Foi o que aconteceu com a **crise política do Estado de Direito** que estamos vivenciando.

Depois do governo FHC, nitidamente neoliberal, os governos Lula-Dilma, sem ultrapassar os marcos do sistema e do neoliberalismo, introduziram uma variante, de tentativa de conciliação capital-trabalho. Esses sinais já estavam postos desde os anos de 1990, ao longo das várias tentativas de Lula para chegar à Presidência da República: o ideário socialista do Partido dos Trabalhadores foi substituído pela vertente sindicalista hegemônica presente na agremiação, e cuja prática era a negociação. Ao longo dos anos noventa, o partido foi se transmutando de suas bandeiras originais e mesmo se apartando dos movimentos sociais, que

[61] No bloco contra o impeachment, vários grupos também pertencem a segmentos das classes médias, mas de características mais intelectualizadas e de práticas político- participativas em movimentos sociais e culturais organizados.

haviam constituído sua base política desde sua fundação, em 1980. O próprio candidato foi repaginado, preparado até em/para o circuito internacional, de modo a tornar sua candidatura mais palatável a outros segmentos fora dos círculos petistas. Lula foi eleito em sua 4ª tentativa à Presidência, em 2002, foi reeleito em 2006[62]; elegeu sua sucessora Dilma Rousseff, também reeleita em 2010.[63]

Os governos Lula-Dilma não tiveram maiores dificuldades de apoio parlamentar[64], ao menos até por volta de 2013. Mas os números de maioria não significam muita coisa se não adicionarmos à análise duas características do sistema político-partidário brasileiro: primeiro, o elevado nº de organizações partidárias e, segundo, a sua pouca consistência ideológico-programática, o que implica em difícil governabilidade e práticas fisiológico-corporativas.

> Temos a maior concentração de parlamentares à esquerda do espectro político — mas num governo de coalizão essas forças acabam se diluindo. Elas puxam as posições dos partidos de direita e centro-direita que também participam do governo para o centro", avalia o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz. (<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/02/congresso-toma-posse-com-formacao.html>).[65]

Se Lula teve habilidade política para navegar entre esses partidos, com o governo Dilma a situação mudou. Já na campanha de 2010, apesar da ampla aprovação do governo de seu antecessor, o fato da candidata ser mulher e com determinadas posições sobre temas morais e religiosos que predominaram nos debates, fez com que grupos religiosos conservadores distribuíssem documentos apócrifos, acusando-a de apoio ao terrorismo, ao aborto e à corrupção. Nota-se uma escalada de tais grupos na mídia.

---

[62] Em sua eleição de 2002, 1º turno, Lula teve apoio de uma pequena coligação: PT / PL / PCdoB / PMN / PCB, mas já no 2º turno sua base se ampliou com o apoio adicional de PPS / PDT / PTB / PSB / PGT / PSC / PTC / PMN / PHA. Venceu José Serra, que teve o apoio da coligação PSDB / PMDB e angariou no 2º turno o apoio adicional de PFL / PPB / PSL / PTN / PSDC / PRTB / PSD / PRP / PAN / PV / PRONA / PTdo B. Na reeleição de 2006, a coligação de apoio a Lula foi formada por PT, PRB,PCdoB), com apoio informal do PRTB, PL, PSB, e o candidato derrotado Geraldo Alckmin foi apoiado pela coligação PSDB, PFL,PPS,com apoio do PMDB em SC.

[63] Dilma foi eleita em 2010 pela coligação PT, PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN, derrotando em 2º turno José Serra, da coligação PSDB, DEM, PPS, PMN, PTdoB e PTB. Na eleição de 2014, foi reeleita em 2º turno pela coligação PT / PMDB / PSD / PP / PR / PDT / PRB / PROS / PCdoB, vencendo Aécio Neves,da coligação PSDB / SD / PMN / PEN / PTN / PTC / DEM / PTdoB / PTB, que obteve apoio para o 2º turno da ex -candidata Marina Silva e dos principais partidos de sua coligação, do PPS, do PSB com dissidências, do PV, do PSC, do PRTB.

[64] Em 2003, início do 1º governo Lula, o Congresso eleito apresentava um perfil diferenciado do governo anterior de FHC: a oposição a Lula encolheu 47% entre os deputados e 64% no Senado. Ainda assim, a oposição totalizava 259 deputados e 50 senadores contra 254 deputados e 31 senadores da base de Lula. Em 2007, esta base cresceu para 353 deputados e 49 senadores, contra 160 deputados e 32 da oposição. A situação totalizava quinze partidos (PT, PMDB, PRB, PCdoB, PSB, PP, PR, PTB, PV, PDT,PAN, PSC, PTdoB, PMN e PHS). Em 2011, o governo Dilma se iniciou com 373 deputados aliados contra 111 de oposição e 62 senadores aliados contra 18 de oposição, formando uma base de apoio de 11 partidos dos 22 representados no Congresso (PT, PMDB, PR, PSB, PDT, PSC, PCdoB, PRB, PTC, PP e PTB, os dois últimos aliando-se depois da eleição).contra outros 11 partidos divididos em oposição explícita ao Governo (PSDB, DEM e PPS mais PSOL) e um bloco de "ambíguos" (PV, PMN, PTdoB, PRTB, PRP, PHS e PSL). Desde 199, houve diminuição das bancadas do PSDB e DEM, o PPS cresceu, mas depois diminuiu, o PSOL teve pequena margem de crescimento, o PMDB se estabilizou no Senado e oscilou entre crescimento e diminuição.

[65] A proliferação dos partidos políticos e as suas implicações sobre a governabilidade no Brasil recente é outro tema que demanda uma pesquisa específica.

Nos dois anos iniciais do seu governo, o crescimento econômico retraiu, sob os impactos da crise mundial em curso desde 2008, mas, ainda assim, a taxa de inflação se manteve nos limites previstos, a taxa de desemprego foi reduzida e a renda dos trabalhadores se expandiu, conforme já exposto. Programas sociais e educacionais tiveram recepção positiva, mas, em algumas áreas, houve dificuldades, a exemplo da reforma agrária, da reforma política e da reforma tributária, e no relacionamento com as centrais sindicais.

Em 2013, ocorreram as manifestações populares contra as três esferas de governo, tratadas anteriormente, em que os descontentamentos e as reivindicações foram canalizados em protestos diante dos gastos com as Copas. A alta popularidade da Presidente, até então, despencou[66], assim como de governadores e prefeitos, muitos dos quais fizeram "cara de paisagem" diante dos acontecimentos.para não se desgastarem politicamente.[67]

A popularidade presidencial voltou a subir impulsionada por vários fatores: a receptividade popular ao Programa Mais Médicos, apesar das críticas das entidades médicas, sua atitude diante das denúncias de espionagem do governo brasileiro pelo governo norte-americano e as medidas anunciadas para responder às manifestações de 2013. Algumas delas foram aprovadas: o pacto de responsabilidade fiscal, a destinação dos royalties do pré-sal para a educação (com mudanças da Câmara dos Deputados para favorecer também a saúde pública); foram anunciados novos investimentos para Mobilidade Urbana. no PAC 2.

Contudo, a proposta presidencial de convocação de uma nova Constituinte, que poderia aprofundar reformas, foi bloqueada por partidos da base aliada do próprio governo.

Em meio a essa turbulência, outro componente explosivo: as denúncias de corrupção.

Primeiramente, partimos da ótica de que a corrupção é um fenômeno estrutural no processo histórico brasileiro.[68] Por motivos óbvios, durante a ditadura militar, era assunto proibido, embora, nos anos recentes, se comece a levantar o véu sobre a corrupção daquele período. O tema emerge desde o início da chamada redemocratização, no governo Collor. Durante os governos FHC, continua em pauta.[69] Durante os governos Lula, vários episódios aconteceram, o principal sendo o Mensalão (denunciado em 2005), de caixa 2 para campanhas eleitorais.[70] Em março de 2014, foi deflagrada a Operação Lava Jato[71] pela Polícia Federal, que imprimiu novo desgaste ao Governo. Paradoxalmente, foram os governos Lula-Dilma que promoveram uma política pública de combate à corrupção.[72]

---

[66] Na abertura da Copa do Mundo de 2014, a Presidente foi vaiada e xingada pelos torcedores presentes, mas pesquisa divulgada em 2014 apontou tanto a condenação da maioria da opinião pública a esta atitude quanto a aprovação à Copa do Mundo, otimismo empanado pela humilhante derrota do Brasil diante da Alemanha.

[67] Novas mobilizações de rua e ocupações de escolas aconteceram em 2016, em vários estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás), promovidas por estudantes de escolas públicas, como resistência a projetos de desmonte do setor educacional público, de lavra dos respectivos governos.

[68] Uma empreitada de envergadura para os historiadores é realizar a História da Corrupção no Brasil. Mas avaliamos que, para tanto,é preciso uma força-tarefa de dezenas de profissionais aolongo demuitosanos.

[69] FHC teve 17 denúncias passíveis de levá-lo ao *impeachment*, todas arquivadas pelos presidentes da Câmara dos Deputados. Também foi acusado, com base em denúncias de escutas telefônicas, de compra de votos na votação da Emenda que aprovou a reeleição para cargos executivos e, assim, lhe permitiu o 2º mandato. Apesar da renúncia de alguns deputados, a brevíssima investigação feita pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara nada comprovou contra o presidente. Na esteira das denúncias atuais, episódios de seus governos têm (re)emergido.

[70] O Supremo Tribunal Federal condenou, em dezembro de 2012, lideranças históricas do PT, por envolvimento: José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares. Foram presos em novembro de 2013, desgastando ainda mais o governo.

[71] Apura movimentação financeira e propinas em que estão envolvidos diversos partidos políticos, políticos, empresários.

[72] Criação da Controladoria Geral da União (CGU-Lei 10.683/2003), do Portal da Transparência (2004), do pregão eletrônico (2005), do Cadastro de Empresas Inidôneas (CEIS- 2008), e Lei de Acesso à Informação (2012) <http://cartamaior.com.br/?/Opiniao/Combate-a-Corrupcao-nos-Governos-Lula-e-Dilma/30283>; Medida

No entanto, a Operação tem sido marcada por práticas discricionárias:

> Trata-se de operação caracterizada como um conjunto de discricionaridades alarmantes, cujos personagens são um juiz de primeira instância (não se trata, portanto, de um órgão colegiado), com fortes ligações com o principal partido de oposição, o PSDB, cujo estado onde se situa o juiz Moro é governado por um governador que se orgulha de a polícia bater e humilhar professores. As discricionaridades praticadas pelo juiz Moro – o novo candidato a Joaquim Barbosa – referem-se à intimidação dos detidos, cuja detenção e soltura não obedecem a critérios jurídicos; à seletividade dos depoimentos; ao vazamento, igualmente seletivo para a grande mídia, de depoimentos sem qualquer comprovação, no contexto de toda forma de intimidação, reitere-se; à não observância da análise de possíveis provas e indícios atinentes à lógica do direito de defesa e sobretudo do distanciamento do que se chama – inadequadamente – de "opinião pública", que é, na verdade, a opinião dos grupos dominantes. Todos esses elementos, entre muitos outros, colocam em questão no Brasil o Estado de Direito Democrático.
> (<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-tres-crises-do-governo-Dilma/4/33990>).

Várias outras operações foram/têm sido abortadas, quando envolvem pessoas poderosas.[73] Mas a Lava Jato é espetaculosa, midiática, e as redes sociais têm denunciado amplamente os vínculos entre seus integrantes, à frente o juiz Sergio Moro, com partidos de oposição, especialmente o PSDB, mídia e classes médias. Bem como também têm denunciado a seletividade de suas ações, que estariam a evidenciar um intento de enfraquecer politicamente o PT, a esquerda, e pautas progressistas, na medida em que miram em suas lideranças, especialmente Lula, com vistas às eleições de 2018, em que Lula, segundo as projeções, seria imbatível. Dessa maneira, foi feito um estrago da imagem do governo e os corruptos poderosos permanecem imunes.

A crise do Estado de Direito, manifesta pela não observância de suas regras até pelo Poder Judiciário, expressa **uma outra crise institucional que reitera a primeira: o esgotamento da aliança de classes** encetada pelos governos petistas segundo um modelo de pactuação da renda e de ampliação do mercado interno via crédito e consumo, que se concretizava politicamente mediante uma coalizão de partidos no Congresso. Apesar de terem se beneficiado da ampliação do mercado interno, através do crédito e do consumo, de uma política exterior diversificada (novos mercados) e do desenvolvimento econômico e social, de medidas contra a superação das crises internacionais, as elites querem mais.

A coalizão de classes vai se esgarçando desde 2012 e se acentua com o novo Congresso eleito em 2014, composto por uma maioria de empresários e conservadores e uma minoria de representantes dos trabalhadores.

Provisória 657/2014, que confere maior autonomia e independência à Polícia Federal. Cf. <http://oglobo.globo.com/opiniao/uma-pf-independente-14473998>.

[73] A exemplo de: Pasta Rosa", "Emenda da Reeleição", "Processo de Privatização", "Banestado", "CPI do Cachoeira". "Mensalão Tucano", "Operação Zelotes", "HSBC". E casos como de São Paulo: Alston, crise hídrica, Metrô, entre outros. A discricionariedade já ocorrera durante o julgamento do Mensalão, sob a capa da teoria da "presunção do fato". Mais recentemente ainda, depois que Temer assumiu a Presidência interinamente, as novas denúncias de corrupção envolvendo membros de seu governo e aliados têm investigações abortadas pelo ...STF! A quem deveria caber o cumprimento da lei. Em visão histórica de maior duração: a Justiça brasileira sempre exerceu práticas seletivas para fins de depuração social e política.

> Vivemos, desde que a atual legislatura se iniciou, espécie de "parlamentarismo", cuja marca é o reacionarismo, a inconsequência, o elitismo patronal e o obscurantismo em diversos âmbitos: direitos civis, reforma política, direitos sociais e trabalhistas, sem contar o arrivismo pueril. Uma plutocracia sem pudor, simbolizada na figura caricatural e obtusa de Eduardo Cunha.
> Tal crise da aliança de classes se expressa na reação: do rentismo; de setores produtivos com conexões no exterior; do patronato como um todo, sedento pela diminuição radical dos direitos dos trabalhadores; das classes médias arrivistas: velhas e novas; da mídia patronal e golpista; e de larga cepa de conservadores, nos âmbitos político, econômico e moral: conservadorismo que se se nutre de estruturas econômicas, caso, entre outros, da "bancada evangélica". (FONSECA, 2016).

O breve interregno da "lógica e partilha econômica da riqueza", conforme a denominou um autor (IDEM) parece estar esgotado. Reformas mais amplas e necessárias ao país – taxação das grandes fortunas, reforma tributária progressiva, reforma agrária ampla, diminuição dos juros da dívida interna, ampliação dos gastos sociais, regulação da mídia, diminuição orçamentária do agronegócio em prol da agricultura familiar, controle social sobre o Estado – para efetivar-se uma efetiva democratização de sua sociedade, estão fora de cogitação para essa maioria congressista conservadora. Ao contrário, a atual legislatura do Congresso vem realizando uma ofensiva vigorosa contra direitos civis, trabalhistas e políticos. Isso foi tentado desde os inícios desse processo denominado de redemocratização, veja-se o Governo Collor e o os Governos FHC. Mais do que isto, mais do que desestruturar políticas inclusivas, pretende tomar o Estado para completar a sua reestruturação segundo os interesses da Globalização.

Em nossa ótica, o processo de *impeachment* da Presidente Dilma tem esse intuito.

É preciso continuarmos refletindo sobre esse grave momento que vivemos no país. Entendermos como um projeto político de bases populares teve avançosmas também limites no sentido de efetivar uma efetiva redemocratização de nossa sociedade. Como o Governo desse projeto foi paralisado pelo jogo de interesses do capital: incapacidade *deste* governo ou forças poderosas de Poder? Como as forças populares não foram mobilizadas contrapostamente? Enfim, prospectarmos possíveis saídas democratizantes a impedirem retrocessos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: a encruzilhada do tempo atual

O que a trajetória política da formação histórica brasileira evidencia?
Houve um efetivo desmonte do Estado autoritário depois de 1985?

Primeiramente, o autoritarismo é um componente estrutural, multissecular, transversal no tempo. É o fundo do nosso oceano, a nossa região abissal.

Este ferrete se reafirma nas várias conjunturas de transição, sob diferentes formas, em que poderiam ter ocorrido outros futuros possíveis, com direcionamentos democratizantes, mas que foram derrotados pelas forças políticas interessadas em manter o autoritarismo e o antidemocratismo sobre a sociedade civil, valendo-se de discursos e de mecanismos formais de aparente democracia para garantia de direitos "para si", em outras palavras, para garantia de seus privilégios. Tais conjunturas se apresentam como camadas que sedimentam a estrutura autoritária.

Em algumas conjunturas, o autoritarismo se intensifica, a exemplo da ditadura varguista, do regime militar (1964-1985) e talvez, neste momento, estejamos prestes a viver um novo momento de seu recrudescimento. Tais conjunturas específicas, em que podemos

vislumbrar processos de fascistização, são momentos históricos em que a democracia liberal burguesa não possibilita às classes detentoras do poder, por diversas razões, manterem seu domínio e conterem as reivindicações democratizantes de outras classes sociais, recorrendo, então, à supressão do Estado de Direito ou mantendo-o apenas de fachada, enquanto este mesmo Estado exerce práticas sistematicamente autoritárias. Mas, em algumas outras conjunturas, as expressões democráticas se fazem mais visíveis, embora com limites, como no caso do movimento abolicionista, do contexto pré- 64 e no período de 2003 a 2015.

O atual momento da História do Brasil é exemplar para o entendimento do jogo entre autoritarismo e democracia. Entendemos que podemos estar às vésperas de um novo período de hegemonia autoritária, marcado pelaintensificação de atitudes fascistas. Não se trata de um sistema fascista por completo, tal como caracterizado esse regime, histórica e teoricamente, no início desse texto. Mas de algumas de suas configurações: os pensamentos, discursos, atitudes e ações fascistas, sobretudo na esfera do cotidiano, reiterando uma mentalidade estrutural nessa direção; ao invés de um partido de massa, que difunda essa mentalidade, aparelhos privados de hegemonia, no caso, a grande mídia, como bem identificou Gramsci, que exercem essa função; uma estratégia de supressão efetiva do Estado de Direito, mantendo sua casca formal, no extremo exercida pelo próprio Poder Judiciário.

E, finalmente, uma consideração de ordem historiográfica. A crise que estamos vivendo, talvez esteja trazendo um aspecto positivo para o nosso ofício: a percepção da necessidade de uma visão global da História, que vinha sendo perdida pelo seu esmigalhamento, como advertiu Dosse (1992). As lentes microscópicas são importantes para a visualização em profundidade das tessituras dos processos sociais, mas as lentes macroscópicas são indispensáveis para a sua costura em perspectiva nos seus vários tempos, e nas suas várias dimensões, de modo a não sermos engolfados pela crispação nervosa da maré cotidiana, que pode nos tornar distraídos dos movimentos profundos do oceano da História.

NOTAS

BAVA, Silvio Caccia. Uma falsa polarização. **Le Monde Diplomatique**. Edição 93, abr.2015. <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=93>.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de: Carmem C, Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 5.ed. Brasília: Editora Universidade dde Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v.1: 2000 Verbete Fascismo: p. 466-475.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história.** São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p.19-33.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. **Annales E.S.C**., n.4, oct-déc., 1958, p. 25-753; em português: A longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História.** Lisboa: Perspectiva, 1992. p. 41-78.[1ª edição francesa: 1969].

_____. La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. Paris: Armand Colin (1949).

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **"A AMEAÇA VERMELHA": O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NA PARAÍBA (1917-1937).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos. In: MOTA, Carlos Guilerme. **Dimensões.** São Paulo: Perspectiva, 1972. p.

DOSSE, François. **A História em Migalhas.** Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FONSECA, Francisco. As três crises do governo Dilma. Jul.2015. <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-tres-crises-do-governo-Dilma/4/33990>.

GOMES, Gerson; CRUZ, Carlos Antonio Silva da. **Vinte anos de Economia Brasileira 1995-2014.** Brasília: Centro de Altos Estudos BrasilSéculo XXI, jul.2014. Disponível em: <http://www.aben.com.br/Arquivos/252/252.pdf> e
< http://pt.slideshare.net/tonobohn/20-anos-de-brasil> Acessados em: 4 jul.2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho".** O Anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEVES, Joana. **Democracia e ditadura no Brasil contemporâneo** - As responsabilidades da História. Trabalho apresentado no XVII Encontro Estadual de História. Guarabira, Paraíba – 18 a 22 de julho de 2016.

PRONER; Carol; CITTADINO, Giselle; TENEMBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson. (Orgs.). **A resistência ao golpe de 2016.** Bauru, SP: Canal 6 Editora/Projeto Editorial Praxis, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. ***Revista Crítica de Ciências Sociais,*** 78, Outubro 2007: 3- 46.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **A luta continua:** não vamos perder a visão de conjunto. Publicado a 2 abr.2016. <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?p=1677>.

_____. Quem são os heróis? Publicado a 26 abr.2016. <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?p=1689>.

Sites:

<http://super.abril.com.br/ideias/brasil-e-o-terceiro-pais-mais-ignorante-do-mundo>

<http://br.advfn.com/indicadores/pib/brasi>

<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2010/201012cestabasica.pdf>

<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/72/114>

<http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Artigo-PNDH-Programa-Nacional-de-DH_-efetivar-direitos-e-combater-as-desigualdades.pdf>

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-anteriores/37454-o-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-e-a-instrumentalizacao-eleitoreira-da-religiao>

<http://www.hildegardangel.com.br/comparando-o-brasil-de-2002-a-2013-segundo-a-oms-a-onu-o-banco-mundial-o-ibge-o-unicef-etc/>

<http://revistamarcas.com.br/?p=2060>

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/31/10-livros-para-pensar-o-golpe/>

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2013/06/19/manifestantes-sao-filhos-rebeldes-de-lula-e-dilma-diz-el-pais.htm>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>

<http://imguol.com/blogs/52/files/2015/06/tv1.png>

<http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160426_michael_reid_economist_entrevista_fd>

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/a-repercussao-do-golpe-na-midia-internacional.htm>

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_pato_fiesp_fs>

<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2016/03/17/agredidos-na-paulista-porque-tinham-uma-bicicleta-vermelha-e-cara-de-petistas/>

<http://outraspalavras.net/alceucastilho/2016/03/19/casos-de-agressao-por-uso-de-vermelho-se-multiplicam-por-que-autoridades-se-calam/>

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldicoado.htm>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751745-oab-declara-apoio-ao-impeachment-da-presidente-dilma.shtml>

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/advogados-se-insurgem-contra-posicao-da-oab-pr-a-favor-do-impeachment-dvd26ypdwgex1xabm3loe2cec>

<http://blogs.jornaldaparaiba.com.br/suetoni/2016/04/14/1998/>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1735788-juizes-divergem-de-associacoes-e-divulgam-nota-sobre-impeachment.shtml>

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/02/congresso-toma-posse-com-formacao.html>

<http://cartamaior.com.br/?/Opiniao/Combate-a-Corrupcao-nos-Governos-Lula-e-Dilma/30283>

<http://oglobo.globo.com/opiniao/uma-pf-independente-14473998>